

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
CAED – CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO  
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

DAYSE MARIA CAMPOS FERREIRA

**PROGRAMA DE GESTÃO DOS RESULTADOS DO SIMAVE/PROEB  
DESTINADO A PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE BARBARACENA**

JUIZ DE FORA  
2012

DAYSE MARIA CAMPOS FERREIRA

**PROGRAMA DE GESTÃO DOS RESULTADOS DO SIMAVE/PROEB DESTINADO  
A PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE BARBACENA**

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador(a): Lina Kátia Mesquita de Oliveira

JUIZ DE FORA

2012

**TERMO DE APROVAÇÃO**

DAYSE MARIA CAMPOS FERREIRA

**PROGRAMA DE GESTÃO DOS RESULTADOS DO SIMAVE/PROEB  
DESTINADO A PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE BARBACENA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora designada pela equipe de  
Dissertação do Mestrado Profissional CAEd/ FAGED/ UFJF, aprovada em \_\_/\_\_/\_\_.

---

Membro da banca - Orientador(a)

---

Membro da banca Externa

---

Membro da Banca Interna

Juiz de Fora, ..... de ..... de 20.....

Dedico este trabalho à minha família e a todos os amigos que souberam compreender os momentos de ausência, dando o apoio e o estímulo necessários para a superação das dificuldades.

O problema de tornar a escola pública mais eficaz e mais equitativa na produção do aprendizado de seus alunos é grande e extremamente complexo. Sua solução só virá lentamente, mas é essencial que as intervenções reforcem o papel que a sociedade atribui à escola, isto é, a estrutura preferencial para o aprendizado de conteúdos cognitivos necessários a uma participação crítica e ativa na sociedade.

(ALBERTO DE MELLO E SOUZA)

## RESUMO

Este Plano de Ação tem por objetivo analisar a forma como se dá a gestão dos resultados do Simave/Proeb no âmbito das escolas municipais de Barbacena, MG. Buscou-se verificar, através de uma pesquisa, se há a apropriação dos resultados por parte dos profissionais da educação, no sentido de que esses resultados se convertam em práticas pedagógicas voltadas para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem. A pesquisa foi realizada no âmbito da rede municipal, por meio de questionário aplicado a professores e entrevistas realizadas com gestores. Também foram entrevistados profissionais do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação-Caed, sobre a importância da apropriação de resultados das avaliações externas por parte dos profissionais da educação. O estudo teve como base teórica sites oficiais que divulgam dados sobre indicadores educacionais e autores que evidenciam aspectos relevantes sobre as dimensões da avaliação educacional, como Souza, Lück, e outros. A pesquisa apontou para o fato de que os resultados das avaliações externas, em especial do Simave/Proeb, não são utilizados como instrumentos pedagógicos que contribuem para a adoção de práticas pedagógicas mais eficazes para o desenvolvimento das habilidades mínimas a serem consolidadas pelos alunos. Desta forma, propõem-se um Programa de Gestão dos Resultados do Simave/Proeb, a ser efetivado pelos supervisores pedagógicos atuantes nas escolas municipais, de forma que os resultados das avaliações sejam constantemente analisados e utilizados em prol da melhoria da qualidade da educação.

**Palavras-chave:** Avaliação externa. Apropriação de resultados. Simave/Proeb

## **ABSTRACT**

This plan of action aims to analyze the management process of the results of SIMAVE/PROEB within the municipal schools of Barbacena, MG. The intention was to check if the education professionals adapt to these results, in the sense that these results turn into teaching practices aimed at improving the teaching and learning process. The research was conducted within the municipal network, through a questionnaire applied to teachers and interviews with managers. There were also interviews with professionals from the Center for Public Policy and Education Evaluation-CAED, about the importance of education professionals adapting to the results of external assessment. The study used as theoretical basis official websites that publish data on educational indicators and authors that show relevant aspects on the dimensions of educational assessment, such as Souza, Lück, and others. The research pointed out the fact that the results of external evaluations, particularly SIMAVE/PROEB, are not used as pedagogical tools that contribute to the adoption of more effective teaching practices to develop the minimum skills that are to be consolidated by the students. Thus, we propose a Results Management Program for SIMAVE/PROEB, to be put into effect by educational supervisors working in the municipal schools, so that the results of evaluations are constantly reviewed and used in improving the quality of education.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1-Localização do Município de Barbacena e dados socioeconômicos, 2010.

Figura 2 – Escala de Proficiência em Língua Portuguesa.

## **LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS**

Tabela 1- Taxas de repetência, aprovação, abandono, distorção idade-série, nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental – Brasil, Região Sudeste, Minas Gerais, Superintendência Regional de Barbacena e município de Barbacena, 2010- Dados gerais.

Tabela 2 – Porcentagem acima do nível considerado adequado pelo Movimento Todos Pela Educação, para o Brasil, Região Sudeste e Minas Gerais, rede pública estadual e municipal, 2009.

Tabela 3- Proficiência no Simave/Proeb, segundo rede de ensino, para Minas Gerais, 3ª SRE, município de Barbacena, para 5º e 9º anos do EF, em Língua Portuguesa e Matemática, 2008, 2009 e 2010.

Tabela 4- Comparação entre a diferença na proficiência média para a rede municipal e rede estadual de Barbacena, em Língua Portuguesa e Matemática, 2009 e 2010.

Tabela 5- Evolução do percentual de alunos por padrão de desempenho, para o município de Barbacena, ano 2008, 2009 e 2010, em Língua Portuguesa e Matemática, para 5º e 9º anos do EF.

Tabela 6- Níveis de proficiência x padrão de desempenho em Língua Portuguesa e Matemática, 5º e 9º anos, na escala do Saeb.

Tabela 7- Evolução nos níveis de proficiência em Língua Portuguesa e em Matemática, Proeb 2008, 2009 e 2010, na rede municipal de Barbacena.

Tabela 8- Maior evolução nas médias de proficiência em Língua Portuguesa e em Matemática, para 5º e 9º anos do EF, de 2008 para 2009 e de 2009 para 2010; proficiência média observada em 2010 e proficiência média esperada após um ano da implementação do Programa de Gestão dos Resultados do Simave/Proeb.

Tabela 9- Comparação entre os níveis de desempenho dos alunos da rede municipal de Barbacena, em Língua Portuguesa e em Matemática, para 5º e 9º anos do EF, em 2008, 2009 e 2010.

Tabela 10- Relação entre a Escala de Proficiência e a Matriz de Referência para Matemática, 5º e 9º anos do EF.

Tabela 11- Relação entre a Escala de Proficiência e a Matriz de Referência para Língua Portuguesa, 5º e 9º anos do EF.

Tabela 12- Custos, insumos, público alvo para cada ação prevista para a implementação do Programa de Gestão dos Resultados do Simave/Proeb.

Gráfico 1- Conhece a história e os objetivos das avaliações externas?

Gráfico 2- Já teve acesso aos Boletins de Resultados de LP e de Matemática?

Gráfico 3- Já recebeu alguma orientação sobre como analisar os Boletins de Resultados?

Gráfico 4- Cruzamento das perguntas: Quais das Matrizes de Referência conhece? Conhece a Escala de Proficiência? Sabe como fazer a relação entre Matriz e Escala?

Gráfico 5- Utiliza os resultados do Proeb para o planejamento das atividades pedagógicas?

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANEB- Avaliação Nacional da Educação Básica

Anresc – Avaliação Nacional de Rendimento Escolar

Caed – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação

EF- Ensino Fundamental

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Inep- Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IU- Instituto Unibanco

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LP- Língua Portuguesa

MG- Minas Gerais

Proalfa- Programa de avaliação da alfabetização

Proeb- Programa de Avaliação da Educação Básica

PDE- Plano de Desenvolvimento da Educação

P1- Professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental

P5- Professores dos anos finais do Ensino Fundamental

SAEB- Sistema de Avaliação da Educação Básica

Simave- Sistema Mineiro de Avaliação da Educação

SME- Secretaria Municipal de Educação

SRE- Superintendência Regional de Ensino

TRI- Teoria de Resposta ao Item

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1. AS AVALIAÇÕES EXTERNAS NO BRASIL.....</b>	<b>14</b>
1.1. Descrição da rede municipal de educação de Barbacena.....	19
<b>2. ASPECTOS MAIS SIGNIFICATIVOS DO CASO DE GESTÃO.....</b>	<b>27</b>
2.1. Análise dos dados do questionário aplicado aos professores.....	27
2.2. Análise dos dados da Meta 3 do Movimento Todos pela Educação.....	36
2.3. Análise comparativa dos resultados do Simave/Proeb.....	38
2.3.1. A apropriação dos resultados do Proeb e o comprometimento da escola para com a melhoria dos resultados.....	43
2.3.2. A atuação da equipe gestora na apropriação de resultados.....	47
<b>3. O PLANO DE AÇÃO.....</b>	<b>52</b>
3.1. Programa de gestão dos resultados do Simave/Proeb.....	53
3.2. Metas de qualidade.....	53
3.3. Ações a serem efetivadas para implementação do Programa de Gestão dos Resultados do Simave/Proeb.....	60
3.3.1. Ações sob a responsabilidade do serviço de supervisão pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.....	61
3.3.1.1. Mobilização.....	61
3.3.1.2. Capacitação dos supervisores das escolas.....	64
3.3.1.3. Acompanhamento do Programa de Gestão dos Resultados.....	64
3.3.2. Ações na escola sob a responsabilidade do supervisor.....	65
3.3.2.1. Oficinas para análise dos resultados e planejamento e acompanhamento das estratégias pedagógicas.....	65
3.3.2.2. Plano de ação pedagógica.....	70
3.3.2.3. Acompanhamento dos resultados.....	71
3.4. Custo, pessoal e cronograma para implementação do Programa de Gestão dos Resultados.....	71
3.5. Avaliação do Programa de Gestão dos Resultados do Simave/Proeb...73	
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>75</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>77</b>

## INTRODUÇÃO

Atuando na área da educação há, aproximadamente, 20 anos, encontro-me, atualmente, exercendo a função de Agente de Suporte Acadêmico do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação Pública- Caed, em cursos à distância. Paralelamente a essa função, atuo como supervisora pedagógica na rede municipal de Barbacena, Minas Gerais. As escolas municipais participam da avaliação externa estadual, Simave, havendo, de acordo com minhas observações, a ausência de uma reflexão mais efetiva acerca dos resultados dessas avaliações.

Desta forma, este trabalho tem por objetivo analisar a gestão dos resultados do Simave/Proeb nas escolas da Rede Municipal de Barbacena, pesquisando se os professores se apropriam dos resultados e os convertem em práticas pedagógicas efetivas em sala de aula e propor um plano de ação para que os resultados das avaliações sejam de fato utilizados. Entende-se que uma efetiva utilização dos resultados obtidos com as avaliações externas pode contribuir para a melhoria da qualidade da educação. A análise foi feita com base em uma pesquisa realizada no âmbito da rede municipal de Barbacena-MG, abrangendo professores dos anos iniciais e anos finais do ensino fundamental, além de gestores que atuam em escolas do município. Foram também entrevistados profissionais do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, CAEd, sobre a importância de se promover a apropriação de resultados das avaliações externas às quais as escolas são submetidas.

O texto está organizado na forma de capítulos, sendo, o primeiro, correspondente à descrição do caso de gestão a ser analisado, com informações acerca do histórico das avaliações externas no Brasil e a implementação do Sistema Mineiro de Avaliação Educacional (Simave) nas escolas da rede estadual e rede municipal de Minas Gerais. Demonstra-se, ainda, a importância da apropriação dos resultados das avaliações externas, de forma a utilizá-los para a construção de um plano pedagógico que tenha por objetivo a melhoria da qualidade da educação no município, procurando-se verificar a relevância de um trabalho que resulte na apropriação, por parte dos professores, dos resultados das avaliações e sua utilização como ferramenta pedagógica para a melhoria da qualidade do ensino.

No capítulo 2 será apresentada a tabulação e análise dos dados coletados a partir dos questionários aplicados a professores e entrevistas a gestores de

unidades escolares de Barbacena. São apresentados, também, os dados gerais do Simave/Proeb, com a comparação entre a rede estadual, as redes municipais do estado e a rede municipal de Barbacena e dados referentes à Meta 3 do Movimento Todos pela Educação. No capítulo 3 será detalhado o Plano de Ação para utilização efetiva dos resultados das avaliações, proposta final deste trabalho, com a descrição dos elementos que o constituem.

## 1. AS AVALIAÇÕES EXTERNAS NO BRASIL

A qualidade da educação, no Brasil e no mundo, tem sido tema recorrente nas discussões acerca dos fatores que exercem influência no processo de ensino e aprendizagem. Conferências mundiais, como a de Jomtien, na Tailândia, em 1990, apontam para a necessidade de os governos estabelecerem metas voltadas para a melhoria da qualidade da educação. Nessa perspectiva, o governo brasileiro vem adotando medidas que buscam mobilizar toda a sociedade no sentido de promover um trabalho conjunto para o alcance de objetivos educacionais.

Seguindo uma tendência mundial, o Brasil, no final da década de 80, passou a fazer o levantamento do desempenho dos estudantes, por meio de avaliações externas, visando avaliar os sistemas de ensino e as escolas. No início dos anos 90, esse movimento foi ampliado com a criação do SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica, dando início à difusão de uma cultura de avaliação em larga escala. Essas avaliações são formuladas com base em Matrizes de Referência de Língua Portuguesa e de Matemática, que descrevem as competências e as habilidades mínimas a serem desenvolvidas em determinada etapa de escolarização. Uma Matriz de Referência é formada por tópicos/temas que representam “uma subdivisão de acordo com conteúdo, competências de área e habilidades. Cada tópico ou tema é constituído por elementos que descrevem as habilidades que serão avaliadas nos itens”<sup>1</sup>(PORTAL DA AVALIAÇÃO, 2012). Os itens das avaliações externas, portanto, são elaborados com base nos descritores das Matrizes de Referência. Pertinente enfatizar que, de acordo com o Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, no documento “SAEB: 2001, novas perspectivas”, foram adotados os seguintes conceitos de competências e habilidades:

competências referem-se às diferentes modalidades estruturais da inteligência que compreendem determinadas operações que o sujeito utiliza para estabelecer relações com e entre os objetos físicos, conceitos, situações, fenômenos e pessoas. As habilidades instrumentais referem-se especificamente ao plano do saber fazer e decorrem, diretamente, do nível estrutural das competências já adquiridas e que se transformam em habilidades (INEP,2002, p.11).

---

<sup>1</sup> <http://www.portalavaliacao.caeduff.net/pagina-exemplo/matriz-de-referencia/> Acesso em 01/06/2012

Tendo em vista o objetivo de se estabelecer um sistema educacional que desenvolva, nos estudantes, as competências e habilidades necessárias à vida em sociedade, incluindo o mundo do trabalho, a avaliação externa busca verificar se o currículo escolar, baseado nas Diretrizes Curriculares Nacionais e nos Parâmetros Curriculares Nacionais, é observado no que se refere ao desenvolvimento dos alunos. Para isso, as Matrizes de Referência em Língua Portuguesa e em Matemática, fazem um “recorte” desse currículo, de forma a aferir, em testes padronizados, se as escolas atendem, pelo menos, ao mínimo necessário para o desenvolvimento da aprendizagem nas disciplinas avaliadas. Nesse sentido, desde a sua primeira edição, o SAEB tem sido aprimorado, a fim de possibilitar o diagnóstico do sistema educacional, fornecendo subsídios para a formulação de políticas públicas que contribuam para a melhoria da qualidade, equidade e eficiência da educação.

Em 2005, o SAEB foi reestruturado pela Portaria Ministerial nº 931, de 21 de março de 2005, passando a ser composto por duas avaliações: A ANEB (Avaliação Nacional da Educação Básica) e Anresc (Avaliação Nacional do Rendimento Escolar), esta última, conhecida como Prova Brasil. A ANEB continua sendo chamada de SAEB, e é aplicada a cada dois anos, de forma amostral, a alunos do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e a alunos do 3º ano do Ensino Médio. A Prova Brasil é uma avaliação censitária, aplicada a cada dois anos a alunos do Ensino Fundamental (5º e 9º anos). Essas avaliações permitem ao governo monitorar o avanço da educação, uma vez que possibilitam a comparação dos resultados ao longo do tempo, indicando a evolução dos níveis de qualidade do processo educacional em todo o país.

Em 2006, teve início o Movimento Todos Pela Educação, com a sociedade civil organizada, educadores e gestores públicos, que se uniram em ato público realizado simbolicamente nas escadarias do Museu da Independência em São Paulo. Esse Movimento estabeleceu 5 metas a serem alcançadas até 2022 (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2010):

Meta 1- Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola.

Meta 2- Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos.

Meta 3- Todo aluno com aprendizado adequado à sua série.

Meta 4- Todo jovem com o Ensino Médio concluído até os 19 anos.

Meta 5- Investimento em Educação ampliado e bem gerido.

De acordo com o Todos Pela Educação, é dever do Estado oferecer educação de qualidade, mas sabendo ser uma missão de grandes proporções e fundamental importância, o movimento entende que

somente a ação dos governos não será suficiente para alcançá-la. Para isso, é muito importante que o debate sobre os rumos do setor seja o mais abrangente possível. Somente com a participação dos diversos segmentos da sociedade, reunidos em torno de metas comuns e alinhadas com as diretrizes das políticas públicas educacionais, é que poderemos encontrar as melhores soluções e implementá-las com sucesso. O envolvimento e compromisso de toda a sociedade é condição fundamental para que possamos promover o salto de qualidade que a Educação Básica brasileira necessita (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2010, s/p).

As 5 metas são acompanhadas e analisadas tendo como base os indicadores educacionais oficiais sobre acesso, fluxo, desempenho e outras estatísticas educacionais relevantes. Essa análise é divulgada por meio dos relatórios De Olho nas Metas, possibilitando a toda a sociedade acompanhar o desenvolvimento da educação no país<sup>2</sup>.

Em 2007, o governo federal lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE. Dentre os pontos-chave do PDE, estão o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB e o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, o qual propõe a conjunção de esforços da União, Estados, Distrito Federal, municípios, assim como das famílias e da comunidade, no sentido de se promover a melhoria da qualidade da educação básica. O Plano compreende 28 diretrizes educacionais a serem seguidas pelos sistemas estaduais e municipais que aderirem ao Compromisso (BRASIL, 2007). As transferências voluntárias e assistência técnica do Ministério da Educação aos entes federados passaram a estar vinculadas à adesão ao Plano de Metas e à elaboração do Plano de Ações Articuladas, sendo que todos os entes federados aderiram ao Plano de Metas.

O IDEB associa dois indicadores de qualidade da educação: fluxo e desempenho. O fluxo é calculado através do Censo Escolar, que fornece dados sobre aprovação, reprovação e abandono. O desempenho é baseado nas notas do Saeb/Prova Brasil. Como, no Brasil, o acesso à escola está praticamente garantido,

---

<sup>2</sup> <http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-no-brasil/dados-sobre-as-5-metas/>

principalmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, entende-se que se torna necessário garantir que os alunos aprendam bem, no tempo certo. Ou seja, que o desempenho seja satisfatório e ocorra dentro do tempo previsto para a trajetória escolar relativa a determinada etapa de escolarização. De acordo com o site do Inep<sup>3</sup>

o IDEB também é importante por ser condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do PDE para a educação básica. O Plano de Desenvolvimento da Educação estabelece, como meta, que em 2022 o Ideb do Brasil seja 6,0 – média que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos (INEP, 2011).

Ainda tendo em vista o objetivo de melhoria da qualidade da educação no país, em complemento às avaliações nacionais, estados e municípios criaram seus próprios sistemas de avaliação em larga escala, como forma de monitorar o desempenho dos estudantes. É o caso de Minas Gerais, com a criação, em 2000, do Simave – Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública, que possibilita à Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais fazer um diagnóstico para identificar necessidades, problemas e demandas do sistema, das escolas, dos professores e dos alunos (MELO, 2010).

O Simave é composto pelo Proalfa – Programa de Avaliação da Alfabetização, que avalia, anualmente e de forma amostral, alunos do 2º e 4º anos e, censitariamente, alunos do 3º ano do Ensino Fundamental. Também compõe o Sistema, o Proeb - Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica, que avalia, censitariamente, estudantes no 5º ano e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio. Embora o Simave tenha sido criado pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, toda<sup>4</sup> a rede municipal de educação aderiu ao Sistema, aplicando o Proalfa e o Proeb. Dentre esses municípios, encontra-se Barbacena, localizado na Serra da Mantiqueira.

Vale ressaltar que as escolas com menos de 20 alunos na série/ano avaliada (5º e 9º anos do Ensino Fundamental) não têm o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), uma vez que, nesse caso, não há a aplicação da Prova Brasil.

---

<sup>3</sup> <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/para-que-serve-o-ideb>. Acesso em 30 de maio de 2012.

<sup>4</sup> A informação sobre a adesão de todos os municípios mineiros ao Simave, foi dada pela professora Lina Kátia, chefe do Setor de Avaliação do Caed após pesquisa realizada junto à Secretaria Estadual de Educação, em Belo Horizonte.

Essas escolas, portanto, para acompanharem o desempenho dos seus alunos, contam somente com a avaliação estadual, no caso de Barbacena, o Simave/Proeb. O IDEB do município, divulgado em 2009, é de 5,9 para os anos iniciais e de 4,6 para os anos finais, índices que podem ser considerados positivos, principalmente no caso dos anos iniciais, levando-se em conta que a nota do IDEB varia de 0 a 10. O índice esperado para o Brasil em 2022 é de 6,00, índice dos países desenvolvidos. O município de Barbacena participa da Prova Brasil, mas nem todas as escolas são submetidas às provas, uma vez que há escolas com menos de 20 alunos nos anos avaliados.

Os resultados do Proeb são divulgados para todas as escolas a cada ano, o que possibilita o processo de análise dos resultados e de tomadas de decisão com relação ao trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas. Entende-se que a soma dos esforços de cada escola para alcançar resultados significativos no Simave/Proeb, certamente irá refletir positivamente no IDEB do município, embora nem todas as escolas participem da Prova Brasil. Além disso, esses esforços poderão contribuir para com as diretrizes do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação e para com as Metas do Todos Pela Educação, pelo menos com relação às que sejam de competência das escolas.

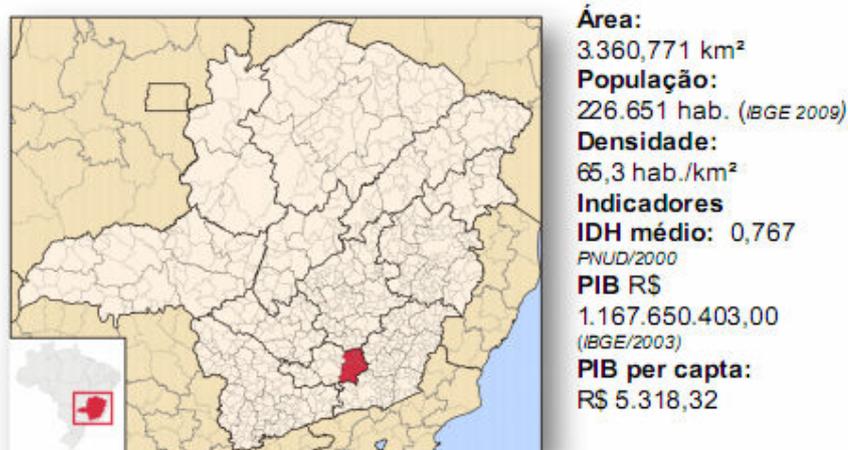
Apesar de possuir os resultados das avaliações externas do Proeb, o questionário e as entrevistas realizadas com professores e diretores da rede municipal de Barbacena indicaram que tais resultados não são utilizados no planejamento das aulas. Como será detalhado no decorrer deste capítulo, muitos professores sequer conhecem ou sabem interpretar os resultados das avaliações, ocasionando o desperdício de uma ferramenta eficaz para se perseguir uma educação de qualidade para nossos alunos.

A seguir, será apresentada a descrição da rede municipal de educação do município e, logo após, a descrição do caso de gestão a ser discutido neste Plano de Ação.

### **1.1. Descrição da rede municipal de educação de Barbacena**

Barbacena, município de Minas Gerais, localiza-se na Serra da Mantiqueira e possui 14 unidades distritais, contando com 34 escolas municipais, 18 delas localizadas na zona rural e 16 na zona urbana.

Figura 1: Localização do Município de Barbacena e dados socioeconômicos 2010



fonte: □ <http://www.barbacena.mg.gov.br/dados.pdf> □ acesso em 15/02/2012.

De acordo com os dados socioeconômicos apresentados no site oficial da Prefeitura Municipal<sup>5</sup>, Barbacena possui 34 unidades escolares que atendem ao Ensino Fundamental, do 1º ao 9º ano. Segundo a Resolução Nº 002/2011, da Secretaria Municipal de Educação, as escolas contam com um diretor por unidade escolar com mais de 80 alunos. Nas escolas com menos de 80 alunos não há diretor escolar, sendo, a função de direção, exercida por um Coordenador que acumula essa função com a regência de turma. Há um vice-diretor para escolas com mais de 300 alunos. Há, ainda, técnicos em educação que atuam como supervisores pedagógicos e/ou como orientadores educacionais, havendo, em cada escola, um supervisor e, para as escolas que atendem aos anos finais do Ensino Fundamental, há, ainda, um orientador. Além dos técnicos que atuam diretamente nas escolas, a SME conta com uma equipe de técnicos que compõem o Serviço de Supervisão e o Serviço de Orientação da Secretaria Municipal, apoiando os profissionais que atuam nas escolas. Há 1 secretário escolar para as escolas que atendam aos anos finais do ensino fundamental. A rede conta com, aproximadamente, 773 professores P1 (primeiras séries do Ensino Fundamental) e P5(séries finais do Ensino Fundamental) que atuam junto a cerca de 10.500 alunos de Ensino Fundamental (1º ao 9º ano). Todas as escolas possuem Laboratório de Informática e participam de programas como o Proinfo (Programa Nacional de Tecnologia Educacional) e Escola Ativa, programa do Governo Federal que busca melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas das escolas do campo.

<sup>5</sup> Disponível em: □ <http://www.barbacena.mg.gov.br> □ Acesso em 20/11/2011.

Nas escolas municipais, a partir de 2011, foi adotado o sistema de Ciclo de Alfabetização, englobando os 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental. Para os demais anos, exceto o 9º ano do Ensino Fundamental, adota-se o sistema de Progressão Parcial, caracterizada pela possibilidade de o aluno ser aprovado para a série/ano seguinte, mesmo que não tenha alcançado o rendimento esperado em, no máximo, três disciplinas. Neste caso, o aluno é aprovado nas disciplinas em que apresentou rendimento satisfatório, cursando, no ano subsequente, a(s) disciplina(s) na(s) qual(is) foi reprovado em regime de dependência. Tal possibilidade é prevista na Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB9394/96), em seu Artigo 24, Inciso III, o qual estabelece que nos estabelecimentos que adotam o regime de série, “o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino” (LDB9394/96)

O município de Barbacena pertence à 3ª SRE - Superintendência Regional de Ensino, juntamente com outros 23 municípios, sendo que Barbacena é o mais populoso dentre eles. Abaixo, faz-se a comparação entre dados do município de Barbacena, do conjunto dos municípios da 3ª SRE (incluindo Barbacena), de Minas Gerais, do Sudeste e do Brasil.

Tabela 1- Taxas médias gerais de reprovação, aprovação, abandono e distorção idade/série nos anos iniciais e finais do ensino Fundamental no Brasil, Região Sudeste, Minas Gerais, Superintendência Regional de Barbacena e do município de Barbacena, 2010- redes privada e pública (federal, estadual e municipal).

LOCALIDADE	REP		AP.		ABAN.		DIST.IDADE/SERIE	
	AI	AF	AI	AF	AI	AF	AI	AF
<b>BRASIL</b>	<b>8,3</b>	<b>12,6</b>	<b>89,9</b>	<b>82,7</b>	<b>1,8</b>	<b>4,7</b>	<b>18,5</b>	<b>30</b>
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	<b>5,5</b>	<b>10,5</b>	<b>93,9</b>	<b>87</b>	<b>0,6</b>	<b>2,5</b>	<b>10,6</b>	<b>21</b>
<b>MINAS GERAIS</b>	<b>4,4</b>	<b>13,2</b>	<b>95</b>	<b>83,1</b>	<b>0,6</b>	<b>3,7</b>	<b>12</b>	<b>28</b>
<b>3ªSRE</b>	<b>4,2</b>	<b>8,6</b>	<b>95,1</b>	<b>88,5</b>	<b>0,7</b>	<b>2,9</b>	<b>13,4</b>	<b>27,4</b>
<b>BARBACENA</b>	<b>5,5</b>	<b>12,9</b>	<b>94,3</b>	<b>86</b>	<b>0,2</b>	<b>1,1</b>	<b>9,6</b>	<b>22</b>

Fonte: MEC/INEP/DTDIE<sup>6</sup>

É importante destacar que o Inep(Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), por meio de Nota Técnica nº004/2011, determina quais são os critérios utilizados para o cálculo das taxas de rendimento. Para esse cálculo, considera-se Aprovado o aluno que conclui o ano escolar com sucesso.

<sup>6</sup> Tabela montada com base em dados disponíveis em: <http://www.todospelaeducacao.gov.br> Acesso em 01 de maio de 2012.

Reprovado é o aluno que não obtém êxito na conclusão do ano letivo. O abandono ocorre quando o aluno deixa de frequentar a escola antes da conclusão do ano letivo, não tendo sido formalmente desvinculado por meio de transferência (INEP, 2011). Para o cálculo da taxa de distorção idade-série, o Inep considera que o aluno está com distorção idade-série quando permanece por todo o ano fora da idade ideal para a série/ano que frequenta. Leva-se em conta somente o ano de nascimento, estando em distorção o aluno que tenha nascido dois ou mais anos antes do ano de nascimento correspondente à idade ideal<sup>7</sup>. A distorção pode resultar de reprovações ou abandono (com retorno tardio), ocorridos ao longo do histórico escolar, ou devido ao fato do aluno já ingressar na escola fora da idade ideal.

A partir dos dados da Tabela 1, observa-se que, em Barbacena, a taxa média de reprovação nos anos iniciais está pouco acima das taxas médias da SRE e de Minas Gerais; é igual à taxa média do Sudeste; e está abaixo da taxa do Brasil. Para os anos finais, a taxa de reprovação do município é maior que as taxas calculadas para todas as regiões em estudo, com exceção da média de Minas Gerais e Brasil.

A taxa de abandono em Barbacena é a mais baixa de todas as regiões analisadas. Quanto às taxas de aprovação, Barbacena apresenta, nos anos iniciais, taxas médias inferiores às médias de Minas e da SRE nos anos iniciais, e maiores que o Brasil e Região Sudeste. Nos anos finais, a aprovação é inferior à média da SRE, mas superior que a de Minas Gerais e Brasil.

A distorção idade-série é menor nos anos iniciais de Barbacena, em comparação com as regiões analisadas. Nos anos finais, a distorção é menor que a apresentada para as regiões analisadas (com exceção da região Sudeste), mas indica que 22% dos alunos dos anos finais da rede municipal de Barbacena não estão na idade correta.

Esses dados indicam que a universalização do ensino, que colocou praticamente todas as crianças na escola, ainda não garantiu um fluxo adequado, em que todos aprendam no tempo certo, sem ocorrência de reprovação entre os anos escolares.

O sistema de ciclo de alfabetização, do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, adotado pelo município de Barbacena a partir de 2011, poderá ser fator

---

<sup>7</sup> Informação obtida no endereço eletrônico:

□ <http://desiderata.org.br/indicadores/notast.html> □, acesso em 02/06/2012

determinante para que os índices de reprovação nos anos iniciais diminuam, mas, não havendo um trabalho de excelência para que os alunos, de fato, aprendam, essa retenção poderá se agravar no 4º e 5º anos do Ensino Fundamental. A não possibilidade de retenção nos 3 primeiros anos escolares, não pode ser justificativa para a aprovação sistemática que leva o aluno ao ciclo complementar (4º e 5º anos) sem a consolidação das habilidades necessárias para seu bom desenvolvimento ao longo de todo o ensino fundamental de nove anos.

O abandono, nos anos iniciais, chega a ser baixo, certamente por haver, no Brasil, o direito e a obrigatoriedade escolar. Nessa perspectiva, segundo Hubermann (apud HORTA, 1998), o direito à educação não atende às mesmas características de outros direitos, como da assistência médica ou alimentação, por exemplo, que dão ao cidadão o direito de querer, ou não, utilizá-los. A educação é obrigatória e, às crianças ou suas famílias, não é dada a oportunidade de dispensar esse direito. Desta forma, tem-se que a educação é um direito que, ao mesmo tempo, é uma obrigação. Em se tratando dos anos finais, a taxa de abandono sofre um aumento, embora este não seja tão significativo. Ocorre que, nos anos finais, os alunos, com idade inferior a 18 anos, têm ainda o direito de frequentar o sistema educacional, mas também a obrigatoriedade com relação a estar na escola. Aqueles que, devido ao fluxo irregular, chegam aos 18 anos ainda no ensino fundamental, podem, devido a outras necessidades, abandonar de vez os estudos. As taxas de distorção idade-série refletem menor repetência e atraso no histórico escolar, ao demonstrarem que nos anos iniciais, o município conta com 9,6% dos alunos acima da idade adequada para os anos escolares que frequentam. Esse índice se agrava nos anos finais, em que Barbacena apresenta 22% de alunos nessa situação de defasagem escolar. Percebe-se que a situação do município é a mesma que para o país, para a Região Sudeste, para o estado e para a SRE, uma vez que os anos iniciais sempre apresentam taxas de distorção idade-série menores que os anos finais. Infere-se, neste caso, que a retenção nos anos iniciais acarreta em atraso escolar e maior desistência nos anos finais.

A partir desta análise, conclui-se que o município de Barbacena apresenta taxas de reprovação que devem ser foco de estudo e reflexão no sentido de se diagnosticar os fatores que levam a essa situação, principalmente, em se tratando dos anos finais, com taxas de reprovação e abandono que merecem maior atenção por parte das equipes gestoras e docentes das escolas municipais. Não se trata de

se considerar a ideia de que os alunos devem ser aprovados para que se corrija o fluxo, evitando, assim, a distorção e a reprovação. Trata-se de voltar o olhar pedagógico para as reais dificuldades enfrentadas pelos alunos, de forma a se estabelecer estratégias que garantam um bom aprendizado e, com isso, a aprovação para o ano posterior. Isso pode motivar a continuidade nos estudos, reduzindo a reprovação e o abandono, mas tendo em vista, sempre, a qualidade do ensino, por parte do docente, e do aprendizado, por parte dos alunos.

Os profissionais da educação, atuantes nas escolas municipais de Barbacena, precisam se preocupar constantemente com o desempenho cognitivo de seus alunos, no sentido de atenderem ao previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB9394/96, em seu artigo 22, quanto à finalidade da educação básica, que é a de “desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

Com a aplicação do Proeb, o desempenho cognitivo dos alunos da rede municipal pode ser mensurado, e nesse aspecto, vale ressaltar que a melhoria dos resultados obtidos nas avaliações externas representa a melhoria da qualidade da educação na perspectiva da aquisição de competências e habilidades passíveis de serem avaliadas por meio de testes padronizados. Essa “qualidade” pretendida refere-se, portanto, a uma das dimensões da educação, a cognitiva, sendo que outras dimensões não podem ser negligenciadas, como as dimensões afetiva e comportamental. Porém, é imprescindível que se atenda de maneira competente ao que propõe a avaliação externa, de forma a garantir o direito que os alunos têm de se apropriar dos conhecimentos científicos considerados relevantes pela sociedade em que vivem.

Os professores que atuam junto aos alunos das escolas municipais de Barbacena, com base nos resultados do Simave/Proeb, têm elementos importantes para uma análise pedagógica do desempenho dos alunos. Podem, ainda, estabelecer estratégias voltadas para a melhoria desses resultados, os quais refletem o nível de qualidade dos aspectos que são mensurados por meio dessa avaliação. A fim de verificar o conhecimento dos profissionais com relação à utilização dos dados das avaliações externas foi feita uma pesquisa por meio de

aplicação de questionário estruturado<sup>8</sup> a 100 professores, abrangendo, aproximadamente, 13% dos professores de Ensino Fundamental da rede. Também foram efetuadas entrevistas<sup>9</sup> a 10 gestores, abrangendo, aproximadamente, 30% do total desses profissionais atuantes na rede municipal. A escolha dos profissionais foi feita de forma aleatória, por meio de adesão voluntária para participação na pesquisa, procurando-se, no entanto, atender a um número limite de professores dos anos iniciais e dos anos finais, estes últimos, distribuídos entre diferentes disciplinas. A distribuição dos questionários também foi feita de forma a que houvesse, pelo menos, um respondente atuante em cada uma das escolas da rede municipal. Isso foi possível, principalmente, pelo fato de que os professores P5, em sua maioria, atuam em mais de uma escola a fim de completar a carga-horária referente a um cargo completo. Sendo assim, foram contempladas todas as 34 escolas municipais. A aplicação do questionário foi feita pela própria autora deste trabalho, de forma a envolver 20 professores P1 - anos iniciais, e 80 professores P5 - anos finais do Ensino Fundamental, estes últimos, assim distribuídos: 20 professores de matemática, 20 professores de Língua Portuguesa, 08 professores de cada uma das seguintes disciplinas: Ciências, Língua Inglesa, Educação Física, História e Geografia. Considerando-se os docentes das séries iniciais e das séries finais, que responderam ao questionário, há, pelo menos, um respondente de 20 das 33 escolas da rede.

A pesquisa apontou para o fato de que as avaliações externas, e todo o arcabouço de possibilidades que elas proporcionam para a efetivação de um trabalho pedagógico consistente, estão sub-utilizados nas escolas do município. Os resultados das avaliações do Proeb, aplicadas a alunos do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Barbacena, MG, são conhecidos por uns professores e desconhecidos por outros, mas, de forma geral, não são devidamente compreendidos e utilizados como instrumentos pedagógicos que contribuem para o aprimoramento da prática docente e conseqüente melhoria do processo pedagógico em prol do desenvolvimento dos estudantes. “Conhecer” não é suficiente, caso não haja estratégias bem definidas para sua utilização a favor da aprendizagem dos alunos.

---

<sup>8</sup> O questionário foi aplicado a professores da rede municipal que não precisavam se identificar.

<sup>9</sup> As entrevistas foram realizadas com gestores que não serão identificados nominalmente neste trabalho.

O caso de gestão proposto neste trabalho, volta-se para os resultados do Simave/Proeb e suas possibilidades de utilização pelos professores. O Simave é um sistema de avaliações externas que tem, por objetivo, além de fornecer subsídios para formulação e implementação de políticas públicas, possibilitar o planejamento da gestão do ensino e da escola. De acordo com Souza(2005), os relatórios pedagógicos, produzidos a partir dos resultados dos alunos, e fornecidos aos gestores das escolas e aos professores devem ser capazes de fornecer informações inteligíveis, a fim de promoverem mudanças na prática cotidiana da sala de aula. Desta forma, é de fundamental importância para o município de Barbacena, além de participar das avaliações externas nacionais e da avaliação estadual, levar aos profissionais da educação conhecimentos acerca desses processos, a fim de que utilizem os resultados em prol de uma efetiva aprendizagem dos estudantes.

O questionário da pesquisa foi aplicado a docentes que lecionam do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, e de todas as disciplinas. Essa abrangência se justifica pelo fato de que o Proeb, aplicado a alunos do 5º e 9º anos, avalia competências e habilidades que devem ser desenvolvidas ao longo da trajetória escolar, e não apenas nos anos em que se dão as avaliações. Portanto, todos os professores, de todos os anos escolares e de todas as disciplinas, são responsáveis por desenvolver, nos alunos, habilidades como, por exemplo, “compreender frases ou partes que compõem um texto” (SIMAVE, 2010), ou, ainda, “ler e interpretar informações e dados apresentados em tabelas”(SIMAVE, 2010)<sup>10</sup>. O questionário aplicado aos professores encontra-se em anexo, englobando 07(sete) questões de múltipla escolha e uma questão aberta, a partir da qual os docentes foram convidados a dar seu parecer, tecendo comentários gerais acerca do que pensam sobre as avaliações externas.

Os docentes das séries iniciais do Ensino Fundamental lecionam todas as disciplinas curriculares, sendo que os 1º, 2º e 3º anos correspondem ao ciclo de alfabetização, no qual o foco é o processo de alfabetização e letramento das crianças. O 4º e 5º anos correspondem ao ciclo complementar, em que se consolida a alfabetização. Em ambos os ciclos são ministradas as disciplinas língua portuguesa, matemática, história, geografia, ciências, educação física e arte. Um

---

<sup>10</sup>Os exemplos apresentados são de habilidades descritas nas Matrizes de Referência do Simave/Proeb, para o 5º ano, respectivamente, em Língua Portuguesa e Matemática.

mesmo professor ministra os conteúdos de todas as disciplinas e devem desenvolver nos alunos, ao longo dos anos iniciais, as habilidades a serem avaliadas no 5º ano, com a aplicação do Proeb. Os demais professores lecionam para os anos finais, do 6º ao 9º ano, sendo que esses docentes são diferentes para cada disciplina. Há, para os anos finais do Ensino Fundamental, as disciplinas língua portuguesa, matemática, história, geografia, ciências, arte, educação física, ensino religioso e língua inglesa. Nos anos finais, todos os docentes devem contribuir para o desenvolvimento das habilidades a serem avaliadas no 9º ano, com a aplicação do Proeb.

## **2. ASPECTOS SIGNIFICATIVOS RELACIONADOS AO CASO DE GESTÃO**

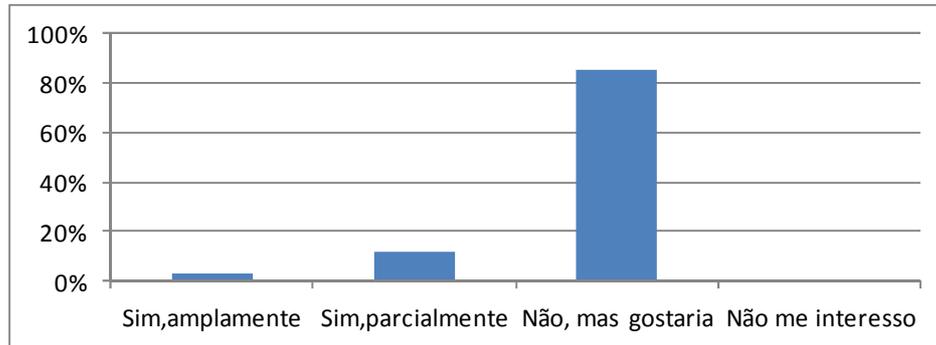
Neste capítulo será feita a análise dos dados coletados através do questionário aplicado a professores e entrevista realizada com gestores escolares, assim como a análise comparativa dos resultados do Simave/Proeb. Também serão analisados dados referente à Meta 3 do Movimento Todos pela Educação: todo aluno com aprendizado adequado à sua série (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2010). Essa análise possibilitará uma compreensão mais exata sobre os aspectos que se relacionam à realidade educacional em termos de desempenho, indicador indispensável quando se trata de qualidade do processo educacional.

### **2.1. Análise dos dados coletados por meio do questionário aplicado aos professores**

O questionário, após coletar informações sobre o ano/série em que o professor atua e a disciplina que leciona, apresentou 7 questões de múltipla-escolha e uma pergunta aberta, por meio da qual os respondentes poderiam fazer considerações acerca do que pensam sobre a avaliação externa, em especial do Simave/Proeb. Ao todo, foram 100 professores participantes da pesquisa, havendo, dentre eles, 20 professores P1 (anos iniciais do EF) e 80 professores P5 (anos finais do EF). Dos professores P5 20 são de Matemática, 20 de Língua Portuguesa, 08 de cada uma das disciplinas: Ciências, Língua Inglesa, Educação Física, História e Geografia.

Ao responderem à questão sobre se conhecem a história e os objetivos das avaliações externas, do conjunto de professores respondentes, obteve-se o resultado indicado a seguir:

Gráfico 1- Conhece a história e os objetivos das avaliações externas?

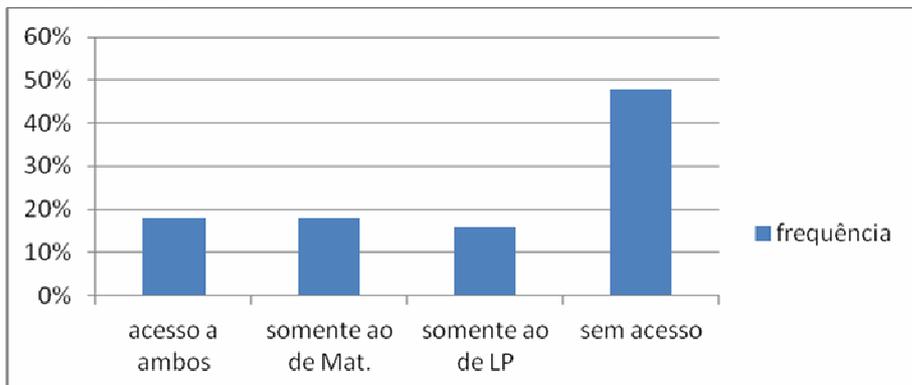


Fonte: construção própria baseada no questionário aplicado aos professores

Dos professores que participaram da pesquisa, 85% afirmaram que não conhecem, mas que gostariam de conhecer a história e os objetivos das avaliações externas. Os 15% restantes se dividem entre os que conhecem amplamente ou parcialmente essas avaliações e seus objetivos. Os dados apontam para o fato de que a grande maioria dos profissionais da educação que participaram da pesquisa não tem informações claras sobre o Simave, e nem conhece de forma mais ampla e profunda os elementos que envolvem essa ou qualquer outra avaliação externa aplicada a estudantes mineiros.

Perguntou-se ao professor, se ele tinha acesso aos Boletins de Resultado de Língua Portuguesa e Matemática, e os resultados indicam que 48% dos docentes não têm acesso a nenhum dos boletins (Gráfico2).

Gráfico 2- Já teve acesso aos Boletins de Resultados de Língua Portuguesa e de Matemática?

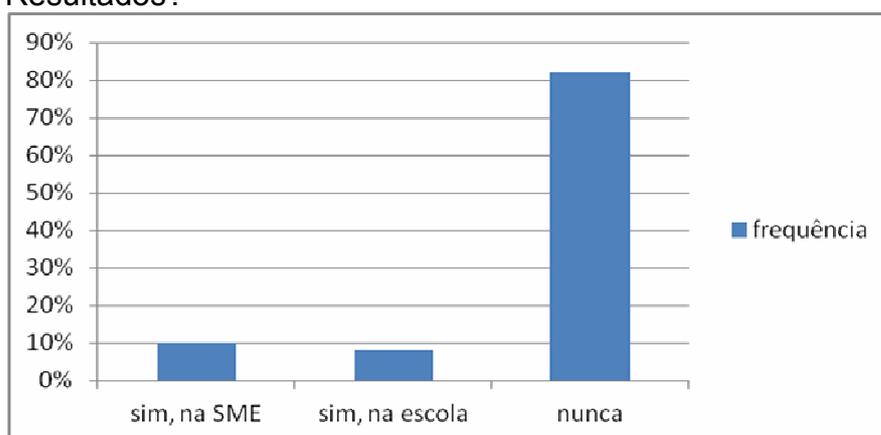


Fonte: construção própria baseada no questionário aplicado aos professores

Ressalta-se que os Boletins são encaminhados às escolas, portanto, o acesso a que se refere a questão é quanto ao conhecimento, por parte dos professores, da existência desses Boletins e se esses lhes são apresentados de forma que venham a se interessar por eles e pelas informações que trazem. Levando-se em conta que 85% dos professores afirmam não conhecer o histórico e os objetivos das avaliações externas (conforme gráfico 1), infere-se que este desconhecimento é fator que impede que haja, por parte desses profissionais, a devida motivação para a realização de uma análise mais apropriada dos resultados que chegam às escolas. Tal desmotivação é agravada pelo fato de que o acesso aos boletins de resultado fica restrito, praticamente, aos professores de Língua Portuguesa e de Matemática dos anos avaliados, o que pôde ser verificado por meio do cruzamento de dados do questionário, ao se consultar para quais disciplinas e para quais anos escolares lecionam os docentes que afirmaram ter, ou não, acesso aos Boletins.

Embora 52% dos docentes que responderam o questionário, tenham acesso aos Boletins de Resultados (Gráfico 2), os dados demonstram que orientações sobre como analisar esses resultados deixam a desejar. Ao serem perguntados se já receberam alguma orientação sobre como proceder à análise dos Boletins, 82% dos docentes participantes da pesquisa afirmam nunca terem recebido orientações sobre como analisar os Boletins de Resultados (Gráfico 3).

Gráfico 3- Já recebeu alguma orientação sobre como analisar os Boletins de Resultados?

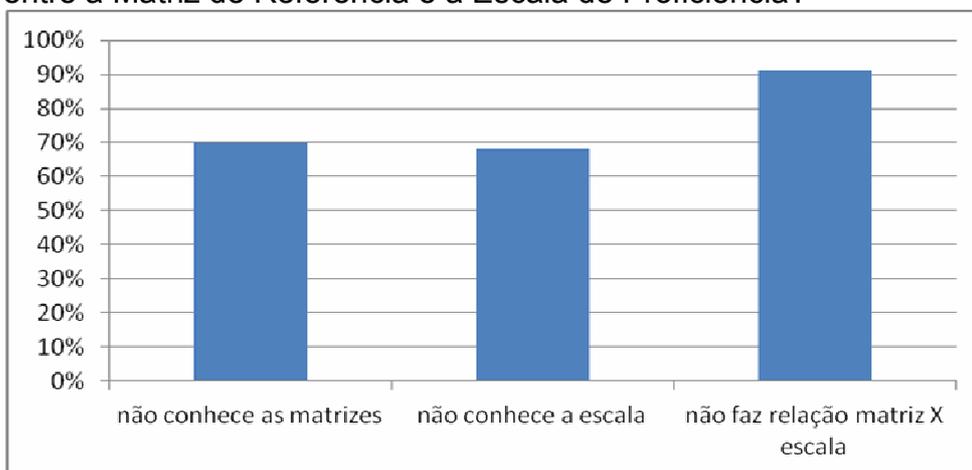


Fonte: construção própria baseada no questionário aplicado aos professores

Os dados demonstram que, em algumas escolas, pode haver orientação mais específica por parte dos supervisores, assim como em algumas oportunidades

oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação. No entanto, o percentual de docentes que afirmaram nunca terem recebido qualquer orientação, aponta para a necessidade de se promover um trabalho mais efetivo para que essas orientações sejam feitas de forma mais abrangente, garantindo que todas as escolas da rede estejam aptas para a realização de discussões amplas e aprofundadas sobre os resultados do Proeb. A utilização dos resultados contribui para o desenvolvimento dos alunos na perspectiva do que Lück(2009) coloca como sendo o principal objetivo da escola, ou seja, que os alunos aprendam e desenvolvam todo o seu potencial e as habilidades que são necessárias à participação nos espaços sociais, contribuindo para a expansão do acervo sociocultural do ambiente em que vivem. “A aprendizagem e a formação dos alunos são, pois, o foco do trabalho escolar” (LUCK, 2009, p.94). Para que haja esse desenvolvimento das potencialidades e habilidades cognitivas dos alunos, torna-se fundamental conhecer e compreender as matrizes de referência e a escala de proficiência, assim como fazer a devida relação entre elas. Nesse sentido, o questionário aplicado demonstra que não há a ocorrência desses fatores, conforme indicado no gráfico 4.

Gráfico 4 – Respostas mais significativas para as perguntas: Quais das Matrizes de Referência conhece? Conhece a Escala de Proficiência? Sabe como fazer a relação entre a Matriz de Referência e a Escala de Proficiência?

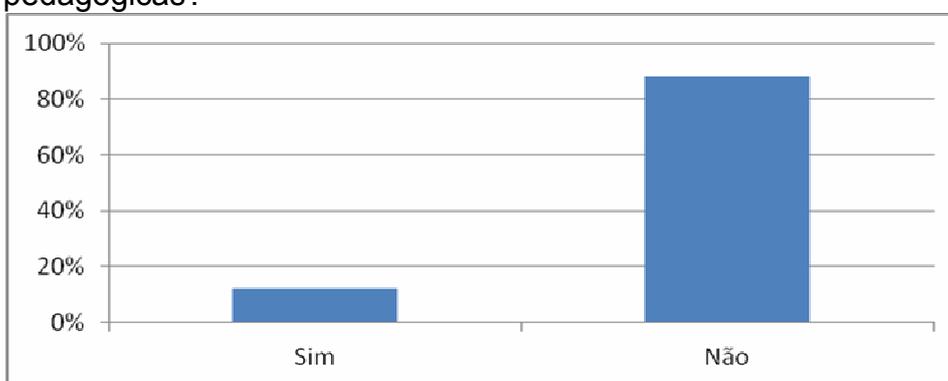


Fonte: construção própria baseada no questionário aplicado aos professores

Percebe-se que 70% dos docentes não conhecem as Matrizes, nem de LP, nem de Matemática. O percentual de docentes que não conhecem as Matrizes (70%), aproxima-se dos que não conhecem a Escala de Proficiência, que são 68% dos professores que responderam ao questionário. O percentual é ainda maior para os docentes que afirmam não saber fazer a relação entre a Matriz de

Referência e a Escala de Proficiência, sendo de 91%. Essa relação é fundamental para a análise dos resultados e identificação das habilidades não consolidadas e que devem ser trabalhadas em sala de aula, desde o 1º ao até o 9º ano do Ensino Fundamental. A utilização dos resultados, depende, necessariamente, do conhecimento e da capacidade de se fazer a relação entre Matriz e Escala. Isso fica evidente quando se observa as respostas dadas pelos professores ao serem perguntados se utilizam os resultados do Proeb para o planejamento das atividades pedagógicas, conforme indicado a seguir:

Gráfico 5 – Utiliza os resultados do Proeb para o planejamento das atividades pedagógicas?



Fonte: construção própria baseada no questionário aplicado aos professores

Como mostra o Gráfico 5, 88% dos docentes que responderam ao questionário não utilizam os resultados do Simave/Proeb para o planejamento de suas atividades pedagógicas. Tendo em vista que 85% afirmaram não conhecer o histórico e os objetivos das avaliações externas, tem-se que, evidentemente, dentre esses objetivos, está o da utilização pedagógica. Uma vez que os docentes não conhecem as possibilidades dessa ferramenta, não podem utilizá-la devidamente.

Quanto à questão aberta, em que se abriu um espaço para os professores tecerem considerações sobre o que pensam a respeito da avaliação externa, dos 20 professores que lecionam para os anos iniciais, 06 (seis) deles alegaram que, em anos anteriores, em data próxima à avaliação do Proeb, chegaram a participar de reuniões em que foram orientados a trabalhar os descritores das Matrizes. Todos são professores que lecionam para o 5º ano, tendo em vista que este é o ano avaliado pelo Proeb. No entanto, não receberam informações mais amplas sobre a avaliação externa e suas possibilidades como instrumentos pedagógicos a serem utilizados por todos os professores, num processo contínuo de desenvolvimento de

competências e habilidades. Não se configura em uma atitude coerente com o desenvolvimento de habilidades, promover encontros pontuais, com professores das séries avaliadas, somente no período que antecede à avaliação. Esse tipo de atitude negligencia o fato de que todos os docentes devem conhecer os resultados, assim como compreender bem as Matrizes de Referência de Língua Portuguesa e de Matemática, para que, de forma interdisciplinar, sejam definidas estratégias voltadas para o desenvolvimento das competências e habilidades contidas nas matrizes. A falta de uma efetiva utilização dos resultados por parte da escola faz com que a avaliação externa perca o sentido no que se refere a uma importante fase em qualquer processo avaliativo: a tomada de decisão com relação aos resultados obtidos. Para Souza (apud BECKER, 2010, p.3)

(...) as avaliações nacionais tanto podem ser um instrumento para que as escolas, gestores e demais profissionais repensem seu trabalho, quanto para se efetuar classificações que pouco contribuem para a melhora da qualidade das escolas. Se a avaliação for concebida apenas como mecanismo de controle ou se for ignorada, seja pelos professores, pelos gestores ou pelos responsáveis pela formação de docentes, pouco contribui para a melhora do ensino.

A visão geral dos educadores participantes do questionário, acerca da avaliação externa, é a de culpabilização do professor e da escola pelo fracasso do aluno. Ao aceitarem participar da pesquisa, respondendo ao questionário, os comentários de muitos dos docentes era sobre a injustiça que se comete com a classe em se atribuir, aos professores, a responsabilidade pelo mau desempenho dos alunos. Não se enraizou, nas escolas, a concepção de que a responsabilização não está relacionada à culpa, mas à conscientização de cada ator sobre o seu papel dentro do contexto educacional. Nas considerações de um dos professores, ficou evidente a insatisfação com relação à questão de haver uma comparação entre escolas e, até mesmo, entre a rede estadual e a rede municipal, a qual, normalmente, fica com proficiência “abaixo” das escolas estaduais. Para o referido professor, a comparação é injusta, tendo em vista que as realidades são diferentes. Diante desta afirmação, parece haver uma tendência em comparar resultados sem que seja feita uma análise mais aprofundada e ampla dos aspectos contextuais que exercem influência nos resultados, como fatores extra e intraescolares.

Há, ainda, de acordo com considerações feitas por 40% dos professores ao responderem à questão aberta, a percepção de que os resultados da avaliação do Proeb em um ano não podem ser comparados com os resultados da avaliação do ano seguinte. A possibilidade de comparabilidade entre uma edição e outra, ao longo do tempo, que é uma característica da Teoria de Resposta ao Item (TRI), não é conhecida nem compreendida por esses professores, os quais demonstram não conhecer a TRI como metodologia que possibilita comparar alunos, estimar a distribuição da proficiência da população ou subpopulação avaliada e, ainda, monitorar o sistema educacional ( KLEIN, apud SOUZA, 2005).

Dentre os professores que alegam conhecer e utilizar os resultados, percebe-se que há, no geral, um equívoco sobre o objetivo diagnóstico da avaliação externa, assim como suas reais possibilidades de utilização para aprimoramento da prática pedagógica. Um exemplo está nas considerações feitas por um professor de matemática que afirma conhecer o Simave/Proeb e receber, da direção, os boletins de resultado. Ele acredita que esse tipo de avaliação leva as escolas a abandonarem a construção de um currículo voltado para o contexto educacional, limitando-se a preparar os alunos para a avaliação externa, baseando todo o currículo nas Matrizes de Referência. Neste ponto, o professor aponta para o risco real de se basear as ações pedagógicas nas Matrizes, sem considerar que o currículo escolar vai além das habilidades básicas nelas previstas:

Uma Matriz de Referência de avaliação não pode ser concebida como o conjunto de indicações norteadoras de estratégias de ensino nas escolas, sendo este o papel reservado aos parâmetros, currículos e diretrizes curriculares. Uma Matriz de Referência para uma avaliação em larga escala é apenas uma amostra representativa da Matriz Curricular do sistema de ensino, utilizada como fonte para os testes que irão avaliá-lo. (SIMAVE, 2007, p.13).

Por outro lado, há docentes que entendem ser válida a aplicação de “simulados”, para treinamento dos alunos. De acordo com o comentário feito por uma professora do 5º ano do EF no questionário aplicado, “poderiam ser disponibilizados alguns pré-testes para haver um direcionamento de como determinados conteúdos serão cobrados, pois alguns enunciados fazem com que o aluno fique em dúvida quanto ao que está sendo pedido”. Neste sentido, parece não haver a conscientização de que competências e habilidades devem ser desenvolvidas ao longo da trajetória escolar e, estas, sendo consolidadas, serão

demonstradas pelos alunos independentemente do contexto em que apareçam. Ou seja, o “treinamento” para a realização de itens com base no tipo de enunciado e no vocabulário utilizado, não evidencia, necessariamente, que a habilidade referente a esse item foi, de fato, desenvolvida. A ampliação do vocabulário do aluno é importante para que ele possa aprimorar a capacidade de interpretação, a qual, também, deve ser constantemente trabalhada pelos docentes, em sala de aula. Inserir itens comuns às avaliações externas na rotina dos alunos, inclusive em avaliações internas, pode ser uma estratégia para se familiarizar os alunos com o tipo de item a ser encontrado na avaliação externa. Por outro lado, os simulados, desvinculados do dia a dia do aluno, aplicados apenas para os anos avaliados, como forma de “treinamento”, não se configuram em estratégia pedagógica para desenvolver habilidades.

A questão do treinamento para a avaliação externa, de acordo com Heidrich (2010), é ineficaz, tendo em vista que as avaliações são baseadas em raciocínio e no desenvolvimento de habilidades e competências, e isso, os treinos não são capazes de fazer. A lógica da avaliação externa, segundo Heidrich (2010), é acompanhar a aprendizagem ao longo do tempo, sendo que o objetivo não é a nota em si, mas o avanço na aprendizagem dos alunos. A melhor forma de potencializar os resultados dessas avaliações é fazer com que os alunos aprendam, de fato, durante todo o período escolar regular. As avaliações, desta forma, servem como indicadores através dos quais se torna possível identificar dificuldades e definir metas de aprendizagem para cada ano do período escolar.

A fim de intensificar a pesquisa, foi realizada entrevista com 10 gestores, cujo roteiro encontra-se nos Anexos. Aos gestores foi perguntado sobre como recebem e como divulgam os resultados do Proeb entre os supervisores, professores, alunos e comunidade e, ainda, sobre a forma como eles encaram a avaliação externa, no sentido de ser um processo através do qual se coloca em evidência o resultado de seu trabalho pedagógico. Também foram questionados se existe, na escola, algum procedimento de discussão e análise dos resultados. Todos os gestores entrevistados afirmaram que recebem os Boletins de Resultados da Secretaria Municipal de Educação e os repassam aos docentes das disciplinas avaliadas nos testes, mas não se veem na condição de orientar as práticas pedagógicas a partir desses resultados. Os supervisores da escola, integrantes da equipe gestora, de acordo com os dirigentes das escolas, também não recebem orientações nesse

sentido e os Boletins, dessa forma, são repassados aos docentes sem que haja qualquer tipo de discussão ou análise mais aprofundada por parte de toda a equipe.

Os gestores escolares entrevistados são unânimes em afirmar que os Boletins Pedagógicos de Resultados, depois de recebidos da SME, são entregues aos professores de Língua Portuguesa e de Matemática, para que sejam lidos e analisados, caso desejem. Não há, de acordo com os gestores, nenhum tipo de ação voltada para uma análise e discussão mais efetiva sobre esses resultados. A divulgação para demais professores e comunidade, quando feita, se limita à exposição de cartazes informativos contendo as escalas de proficiência de cada escola em comparação com a rede estadual, a rede municipal e o país. Observa-se, de todo o exposto, que não há indícios de que se promova um trabalho contínuo relacionado ao desenvolvimento das competências e habilidades avaliadas no Proeb, a partir dos Boletins recebidos pelas escolas. Também parece não haver um movimento, nem por parte da SME, nem por parte das equipes gestoras das unidades escolares entrevistadas, no sentido de esclarecer os docentes da rede municipal sobre o processo de avaliação externa, no caso, o Proeb, como ferramenta capaz de contribuir para o (re)direcionamento do trabalho pedagógico em sala de aula, convergindo em melhoria da qualidade do ensino.

Os dados analisados apontam para a validade de se desenvolver estratégias voltadas para que haja, de forma efetiva, a apropriação dos resultados do Simave/Proeb, de forma que equipe gestora e docentes sejam capazes de analisar esses resultados corretamente e, por meio deles, estabeleçam objetivos educacionais no que se refere ao desenvolvimento de habilidades básicas por parte dos alunos. Essas habilidades são descritas nas Matrizes de Referência do Simave/Proeb, para Língua Portuguesa e para Matemática. Conforme Souza(2005), as habilidades constantes das matrizes refletem o que se espera que os alunos alcancem em termos de domínio de conteúdos curriculares e/ou tópicos. A matriz serve, ainda, para orientar a elaboração dos itens que irão compor a avaliação.

As Matrizes de Referência representam, pois, um recorte do que deve ser estabelecido como o currículo pleno da escola e apontam para um caminho objetivo através do qual o trabalho pedagógico pode ser conduzido, de forma a ser garantir um processo de ensino e de aprendizagem eficaz. As avaliações, depois de aplicadas, são corrigidas por meio da Teoria de Resposta ao Item (TRI). A TRI analisa a prova, não como um todo, mas considerando cada item, de forma que seja

possível a comparação entre diferentes edições da avaliação, mesmo que realizada por alunos diferentes, uma vez que os resultados são divulgados tendo por base uma mesma escala. Desta forma, tem-se que

uma das propriedades importantes da TRI é o fato dos parâmetros dos itens e das proficiências dos indivíduos serem invariantes. Tanto os parâmetros dos itens obtidos de grupos diferentes de alunos testados quanto os parâmetros de proficiência baseados em grupos diferentes de itens são invariantes. Graças a essa propriedade, a TRI, associada a outros procedimentos estatísticos, permite comparar alunos, estimar a distribuição de proficiências da população e ainda monitorar os progressos de um sistema educacional (SOUZA, 2005, p.121).

Os resultados dos testes são descritos em uma Escala de Proficiência, indicando, como o próprio nome diz, a proficiências dos alunos em termos de aquisição das habilidades avaliadas. O site oficial do Simave<sup>11</sup> conceitua escala de proficiência como “a expressão da medida de uma grandeza. É uma forma de apresentar resultados com base em uma espécie de régua construída com critérios próprios”. Na escala de proficiência, os resultados da avaliação são apresentados em níveis, do mais baixo ao mais alto, variando de 0 a 500 pontos.

Os resultados divulgados, desta forma, podem ser analisados pelos profissionais da escola com segurança, tendo em vista a possibilidade de comparação entre as edições da avaliação, sabendo-se que as estratégias a serem adotadas beneficiarão os alunos que serão avaliados em anos subsequentes, embora a análise seja feita com base em avaliações de anos anteriores. O uso pedagógico dos resultados, nesse caso, torna-se viável e confiável.

## **2.2. Análise dos dados referentes à Meta 3 do Todos Pela Educação**

Em se tratando do Ensino Fundamental e do caso de gestão evidenciado por este Plano de Ação, tem-se que a Meta 3 do Movimento Todos pela Educação, se relaciona com o acesso e a permanência dos alunos no sistema educacional. A Meta 3 define que, até 2022, todo aluno deverá estar com aprendizado adequado à sua série/ano. Sendo assim, no conjunto da rede pública e da rede privada, alunos da 4<sup>a</sup>/5<sup>o</sup> ano, 8<sup>a</sup>/9<sup>o</sup> ano do Ensino Fundamental e do 3<sup>o</sup> ano do Ensino Médio,

---

<sup>11</sup><http://www.simave.caedufif.net/simave/selecao.faces>. Acesso em 23 de março de 2012.

deverão ter desempenhos superiores a 200, 275 e 300, respectivamente, na escala do Saeb para Língua Portuguesa e desempenhos superiores a, respectivamente, 225, 300 e 350 na escala do SAEB para Matemática (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2010). O Todos Pela Educação, portanto, faz o acompanhamento da evolução da qualidade da educação por meio dos indicadores e estatísticas oficiais, divulgados pelo Inep, em especial o Saeb/Prova Brasil e o IDEB.

Sendo, o Simave/Proeb um sistema de educação mineiro que tem por objetivo acompanhar o desenvolvimento da qualidade da educação no estado, este desenvolvimento também está relacionado à qualidade que se espera alcançar para o país como um todo. Desta forma, a análise dos dados referentes à Meta 3 do Todos Pela Educação, contribui para que o município de Barbacena seja visualizado em um contexto mais amplo, cujos resultados alcançados por meio da avaliação externa mineira estejam coadunados com os resultados em âmbito nacional, monitorados pelo Saeb/Prova Brasil e IDEB.

A tabela 2 apresenta os percentuais de alunos acima do nível adequado, de acordo com o Todos Pela Educação, que utiliza os dados oficiais do Saeb para acompanhar o desenvolvimento da educação em todo o país.

Tabela 2- Percentual acima do nível considerado adequado pelo Todos Pela Educação, para o Brasil, Região Sudeste e Minas Gerais, Rede pública (estadual e municipal), em 2009.

	4ªsérie / 5ºano				8ªsérie / 9ºano			
	Língua Port.		Matemática		Língua Portuguesa		Matemática	
	%	Meta	%	Meta	%	Meta	%	Meta
Brasil	30,5	36,6	29,1	29,1	22,2	24,7	10,4	17,9
Sudeste	40,8	47,3	41	38,9	27,3	29,3	13,5	21,9
M.G	46,8	50,3	48,7	45,7	31,1	29,3	18,6	25,8

FONTE: Todos Pela Educação

Levando-se em consideração somente a rede pública estadual e municipal, observa-se que, para a 4ª série/5º ano, as metas foram alcançadas em matemática para o Brasil, Região Sudeste e Minas Gerais. O mesmo não ocorreu com Língua Portuguesa. Para a 8ª série/9º ano, somente Minas Gerais alcançou a meta em Língua Portuguesa. Embora o alcance de metas seja positivo, ressalta-se que as metas de 2009 para o percentual de alunos com aprendizado adequado à sua

série/ano é um percentual pequeno. No entanto, é necessário que não se perca a ideia de que as metas intermediárias devem levar a um resultado mais significativo ao longo do tempo. Ou seja, o esforço contínuo será determinante para que os resultados melhorem até chegar a 2022 no patamar de qualidade desejável para cada município, cada estado e para o Brasil.

### **2.3. Análise comparativa dos resultados do Simave/Proeb**

A expectativa do Simave com relação aos resultados é a divulgação e apropriação desses resultados, possibilitando a discussão e a tomada de decisões educacionais, tanto pelos gestores dos sistemas públicos, quanto pelos profissionais das escolas, visando, ainda, contribuir para a elaboração de políticas públicas e de práticas pedagógicas mais eficazes (MELO, 2010). A divulgação às escolas é feita por meio de Boletins de Resultado, que compõem a Coleção Simave. Os quatro volumes que as escolas recebem todos os anos e que retratam os níveis de proficiência atingidos pelos alunos, devem ser utilizados para estimular os atores que compõem a equipe escolar a se aprofundarem nos elementos que constituem a avaliação em larga escala, de forma a se constituir um grupo de estudos permanente, visando à concretização de ações coletivas comprometidas com a melhoria do processo educacional.

Na Tabela 3 estão apresentados os dados do Simave/Proeb para o 5º e para o 9º anos do Ensino Fundamental, para Minas Gerais da Superintendência Regional de Ensino de Barbacena e município de Barbacena, em 2008, 2009 e 2010.

Tabela 3: Proficiência no Simave/Proeb, segundo rede de ensino, para Minas Gerais, Superintendência Regional de Ensino de Barbacena e município de Barbacena, para 5º e 9º anos do EF, em Língua Portuguesa e Matemática, 2008, 2009 e 2010.

	MINAS GERAIS	GERAIS	SUPER. REG.ENS.	BARBACENA		
	REDE EST.	REDE MUN.	REDE EST.	REDE MUN.	REDE EST.	REDE MUN.
2008						
5º LP	204,8	169,9	217,75	201,1	218,26	199,4
9º LP	250,2	245,2	252,71	253,6	256,99	252,9
5º MAT	218,2	209	236,67	217,6	232,73	211,3
9º MAT	255,8	247,9	262,61	266	244,15	260,9
2009						
5º LP	213,8	204,1	229,1	211,6	226,6	202,4
9º LP	252,1	243,9	253,6	254,2	252,4	247,5
5º M	226,2	215,4	246,3	226,4	244,1	216,1
9º MAT	261,4	250,2	267,3	270,2	265,2	264
2010						
5º LP	217,1	206,5	234,5	217,6	230,1	215
9º LP	255,7	248,9	255,5	255	256,6	247,9
5º MAT	235,1	223,8	257,3	238,9	249,5	236,5
9º MAT	268,9	259,8	272,9	271,2	271,7	263,9

Fonte: <http://www.simave.caeduff.net/simave/proeb/selecaoGeral.faces>

Os dados demonstram que a Rede Municipal de Barbacena alcançou média de proficiência acima da Rede Estadual do município, em 2008, somente em matemática do 9º ano. Em 2009, ambas as redes evoluíram, mas a rede estadual apresentou um aumento mais significativo do que a rede municipal, ultrapassando as médias apresentadas pela rede municipal. Em 2010, a Rede Municipal de Barbacena ficou abaixo da Rede Estadual de Barbacena tanto em Língua Portuguesa como em Matemática, em todos os anos escolares avaliados. Observa-se que a elevação das médias de proficiência, nos últimos dois anos, ocorre na rede estadual de Barbacena, sendo que a rede municipal elevou a suas médias apenas no 5º ano do Ensino Fundamental, nas duas disciplinas.

Observa-se, ainda, que a Rede Municipal de Barbacena, foco do caso de gestão analisado neste Plano de Ação, encontra-se com médias de proficiência mais baixas que as da Rede Municipal da SRE em todas as edições apresentadas e em

todos os anos escolares avaliados. Ressalta-se que, para a Rede Municipal de Barbacena, as proficiências médias de Língua Portuguesa para o 9º ano sofreram queda de 2008 (252,9) para 2009(247,5), permanecendo, em 2010, praticamente com o mesmo resultado de 2009(247,9). A rede municipal de Barbacena, portanto, tem tido dificuldades para acompanhar os níveis de evolução apresentados tanto pela rede estadual do município como para o conjunto de municípios que compõem a 3ª SRE.

Por outro lado, vale ressaltar que as escolas da rede municipal de Barbacena apresentam, no geral, médias de proficiência acima das médias das escolas da rede municipal de Minas Gerais, conforme se pode verificar no Tabela 3. Considerando a rede estadual de Minas Gerais como parâmetro, verifica-se, ainda na Tabela 3, que a rede municipal de Barbacena possui maior proficiência média em matemática e em língua portuguesa para o 9º ano em 2008. Em 2009, a proficiência da rede municipal de Barbacena é maior somente em matemática para o 9º ano. Em 2010, a proficiência média da rede estadual de Minas Gerais é maior em ambas as disciplinas, exceto por uma pequena diferença em matemática do 5º ano.

Os dados das redes municipais de Minas Gerais e de Barbacena, reforçam a ideia de que é inteiramente possível pensar em se trabalhar para a promoção de um crescimento das médias de proficiência da Rede Municipal de Barbacena, tomando-se como parâmetro os resultados alcançados pelos demais sistemas municipais e estaduais apresentados na tabela 3. Mais uma vez, reforça-se que a ideia não é a de comparação para competição, mas de se vislumbrar uma meta a ser atingida e que seja viável, tendo em vista o histórico dos resultados.

É preciso um trabalho ininterrupto no sentido de não permitir que ocorram quedas no desempenho dos alunos como se percebe de 2008 para 2009, em Língua Portuguesa para o 9º ano (de 252,9 para 247,5) e, também, de 2009 para 2010, com a queda no 9º ano de Matemática (de 264 para 263). Deve-se evitar, ainda, a estagnação, como ocorre de 2009 para 2010, em que, para o 9º ano de Língua Portuguesa, a proficiência permaneceu praticamente a mesma, passando de 247,5 para 247,9. O crescimento é possível e necessário, tendo em vista o compromisso que a rede municipal de Barbacena e cada escola, em particular, deve assumir para com a melhoria crescente da qualidade do processo educativo, no caso em questão, referente aos seus aspectos cognitivos.

Um fator importante é verificado a partir dos dados de 2009 e 2010 para a rede municipal e rede estadual de Barbacena: a proficiência média da rede municipal praticamente não evoluiu para o 9º ano, tanto em Matemática como em Língua Portuguesa. Mas, em se tratando do 5º ano, a evolução da rede municipal foi bastante significativa e, embora ainda permaneça com proficiência mais baixa que a rede estadual do município, o crescimento é de se destacar. Esse fator é demonstrado na tabela 4.

Tabela 4: Comparação entre a diferença na proficiência média para a rede municipal e rede estadual de Barbacena, 2009 e 2010, Língua Portuguesa e Matemática, para o 5º ano.

BARBACENA	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA
REDE MUNICIPAL 2009 – 5º ano	202,4	216,1
REDE MUNICIPAL 2010 – 5º ano	215	236,5
DIFERENÇA DE PONTOS NA PROFICIÊNCIA MÉDIA	12,6 (215 – 202,4)	20,4 (236,5 – 216,1)
REDE ESTADUAL 2009 – 5º ano	226,6	244,1
REDEESTADUAL 2010 – 5º ano	230,1	249,5
DIFERENÇA DE PONTOS NA PROFICIÊNCIA MÉDIA	3,5 (230,1 – 226,6)	5,4 (249,5 – 244,1)

Fonte: Construção própria, baseada em dados disponibilizados em:  
<http://www.simave.caeduff.net/simave/proeb/selecaoGeral.faces>

Os Boletins de Resultados apresentam, além das médias de proficiência, os percentuais de alunos por padrão de desempenho. São indicados o percentual de alunos nos níveis considerados Baixo, Intermediário e Adequado, de acordo com as proficiências alcançadas, conforme demonstrado na tabela 5.

Tabela 5: Evolução do percentual de alunos por padrão de desempenho, para o município de Barbacena, nos anos 2008, 2009 e 2010, em Língua Portuguesa e em Matemática, para o 5º e 9º anos do EF.

	5º ANO						9º ANO					
	Língua Portuguesa			Matemática			Língua Portuguesa			Matemática		
	B	I	A	B	I	A	B	I	A	B	I	A
2008	25,5	50,1	24,4	22,7	41,5	35,8	9,7	61,6	28,7	20,8	58,2	21
2009	25,1	48,6	26,3	19,4	39,3	41,3	12,5	61,4	26,1	19,2	61	19,8
2010	17,3	42,2	40,5	8,5	31,5	60	12,9	59,4	27,7	18,4	60	21,6

Fonte: construção própria com base nos Boletins Pedagógicos da Coleção Simave, vol3, 2010

Legenda:

B - Baixo    I – Intermediário    A – Adequado

Percebe-se que, para o 5º ano, o percentual de alunos no Baixo desempenho caiu de forma significativa de 2009 para 2010 nas duas disciplinas avaliadas. Também é significativo o aumento no percentual de alunos no padrão de desempenho Adequado. Para o 9º ano, em Língua Portuguesa, de 2008 para 2009, o aumento do percentual de alunos no Baixo desempenho aumentou em 2,8 pontos percentuais, sendo que, em 2010, houve pequeno aumento de alunos tanto no nível baixo quanto no nível adequado. Em matemática do 9º ano, o percentual de alunos no Baixo desempenho vem caindo gradualmente desde 2008, com aumento de alunos no nível adequado em 2010.

Diante das informações disponibilizadas pelos Boletins de Resultados, não há justificativas para que, havendo uma avaliação externa que divulga dados sobre a proficiência média e padrão de desempenho dos alunos, esses resultados sejam negligenciados ao ponto de não servirem como embasamento para uma discussão ampla sobre a realidade educacional. Nesta perspectiva, destaca-se a importância de se utilizar os resultados do Simave/Proeb no sentido de tê-los como critério de diagnóstico. É a partir desse diagnóstico que se torna possível um planejamento coerente com as reais necessidades dos alunos em termos de desenvolvimento de habilidades mínimas. A análise criteriosa e aprofundada dos resultados permite o embasamento para a efetivação de um planejamento pedagógico coerente com as necessidades educacionais dos alunos. Trata-se de utilizar uma ferramenta que já existe, representada pelos Boletins de Resultados, mas que tem estado esquecida nos arquivos e gavetas da gestão das escolas, e que pode tomar um lugar e exercer

uma função mais dinâmica, tornado-se uma ferramenta utilizável e utilizada pela equipe gestora, juntamente com o corpo docente da escola.

### 2.3.1. A apropriação dos resultados do Proeb e o comprometimento da escola para com a melhoria dos resultados

A divulgação e apropriação dos resultados do Proeb possibilitam a discussão e a tomada de decisões educacionais, contribuindo para a adoção de práticas pedagógicas mais eficazes. Entende-se que a conscientização sobre a importância e a devida compreensão acerca da função diagnóstica da avaliação externa leva ao comprometimento para com a melhoria dos resultados, motivando a equipe pedagógica para a criação de estratégias a fim de que os resultados espelhem a melhoria da qualidade do ensino.

Entretanto, a inserção de um sistema de Avaliação em Larga Escola, no âmbito do Sistema Municipal, não pode se limitar à aplicação de testes padronizados e divulgação de seus resultados. O simples conhecimento não leva a mudanças efetivas no processo educacional, caso não haja, paralelamente, um trabalho constante para que esses resultados se convertam em indicadores capazes de fornecer informações relevantes sobre a qualidade do ensino.

O primeiro passo para alterar a atitude da rede em relação aos Resultados do Simave/Proeb é a sensibilização dos professores para perceberem a importância de se fazer o diagnóstico sobre a realidade de cada escola e da rede como um todo, assim como de um contexto mais geral, como os do Estado de Minas Gerais e, pelo menos, dos demais municípios que compõem a 3ª Superintendência Regional, a qual pertence Barbacena. A partir da comparação entre os resultados obtidos pelo estado, pela SRE e pelas escolas do município, parte-se para a mobilização dos docentes a fim de que, por meio da definição de “onde se está”, seja definido o “aonde se quer chegar”. Não se trata, portanto, de se fazer uma comparação em termos de competitividade entre escolas ou entre redes de ensino, mas de levar cada escola a se localizar em termos de proficiência, conhecendo os resultados, tanto mais gerais como específicos, com vistas a visualizar as reais condições de se elevar o desempenho. Para isso, torna-se fundamental que os docentes sejam devidamente preparados para utilizarem, de forma efetiva, os resultados obtidos por

meio da avaliação externa, que identifica exatamente quais habilidades estão, e quais não estão consolidadas pelos alunos.

Um exemplo de Programa de Capacitação para utilização pedagógica dos resultados das avaliações em larga escala, no Brasil, é a formação oferecida pelo Instituto Unibanco(IU), com parceria do Caed/UFJF (Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora), a integrantes do projeto Jovem de Futuro, que tem, por missão, “contribuir para o desenvolvimento humano de jovens em situação de vulnerabilidade, concebendo, validando e disseminando metodologias e tecnologias sociais que contribuem para aumentar a efetividade de políticas públicas”(INSTITUTO UNIBANCO, 2010, s/p). Os alunos que participam do Projeto são avaliados por testes padronizados que seguem os moldes das avaliações em larga escala, sendo adotadas as Matrizes de Referência do Saeb de Língua Portuguesa e Matemática. Os coordenadores do Projeto, que são professores das escolas participantes, recebem capacitação por especialistas do Caed<sup>12</sup>, para compreensão, análise e utilização pedagógica dos resultados das avaliações diagnóstica e somativa, aplicadas, respectivamente, no início e ao final do projeto, com base nas Matrizes de Referência e com resultados divulgados na mesma Escala de Proficiência do SAEB (INSTITUTO UNIBANCO, 2009).

As capacitações são oferecidas por meio de oficinas aplicadas aos participantes, num total de 4 encontros por ano na modalidade presencial. Nos períodos entre esses encontros, há uma formação à distância, pela plataforma *Moodle*. As capacitações são avaliadas, a fim de que seja identificado o grau de satisfação dos coordenadores quanto às possibilidades de utilizarem os conhecimentos adquiridos nas escolas públicas em que atuam. Em uma capacitação, oferecida aos Coordenadores de escolas que adotam os Projetos do IU em São Paulo e São José dos Campos, em 2011, houve referências à importância do tema Avaliação Externa, com comentários que atestam que os pontos de maior aprendizado foram as informações sobre avaliação externa, a apresentação das Matrizes de Referência e a análise das Escalas de Proficiência.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> Eu, Dayse M.C Ferreira, autora deste texto, atuo, no Caed, como Agente de Suporte Acadêmico, tendo aplicado algumas dessas Capacitações nos anos 2009, 2010 e 2011.

<sup>13</sup> Os dados das avaliações sobre as capacitações são coletados, tabulados e sintetizados pelos Supervisores do Instituto Unibanco e enviados à coordenação dos Projetos no CAEd, em planilhas de Excel contendo os comentários feitos pelos participantes, que não se identificam nas fichas de avaliação.

Outro exemplo a ser evidenciado é o Curso de Apropriação de Resultados, que foi oferecido a educadores de escolas públicas estaduais de diversos estados brasileiros, pelas respectivas Secretarias de Educação, em parceria com o Caed, objetivando a facilitação da compreensão dos resultados das avaliações e sua utilização em ações de melhoria do desempenho dos alunos. Professores da rede pública estadual de Minas Gerais participaram desse curso, com duração de 30 dias e carga-horária de 40 horas, por meio do qual gestores e professores receberam capacitação para desenvolverem competências e habilidades para a leitura de indicadores de avaliações sociais e educacionais e, com isso, promover a qualidade do ensino público. A partir dessa qualificação, os profissionais da educação estariam capacitados para gerar projetos pedagógicos com vistas a intervir significativamente na aprendizagem dos estudantes. O curso abordou tópicos como: Indicadores sociais e educacionais; avaliação educacional; como trabalhar os resultados da avaliação educacional (CAED, 2009). De acordo com Tatiana Casali<sup>14</sup> responsável pelos cursos, este foi oferecido em duas modalidades: pela plataforma *Moodle* ou presencialmente, ambos com carga-horária de 40h. Para a modalidade à distância, segundo ela não foram formulados questionários de avaliação, não sendo possível mensurar o grau de impacto com relação à satisfação dos cursistas. Para os cursos presenciais, foram aplicadas fichas de avaliação, ainda não processadas e tabuladas, mas que foram disponibilizadas para leitura, por Tatiana Casali e que, a partir de uma leitura geral, indicam o alto nível de satisfação com o curso, principalmente, no que se refere à compreensão de como utilizar os resultados das avaliações externas para a melhoria do processo educativo, tanto por parte da equipe gestora, que deve promover a discussão sobre esses resultados, quanto por parte dos docentes, que levam esse embasamento para a sala de aula, direcionando seu trabalho para as reais necessidades dos alunos no que se refere ao desenvolvimento de habilidades cognitivas necessárias ao seu processo de formação.

---

<sup>14</sup> Tatiana Casali é assistente de avaliação do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação-CAEd. As informações citadas foram obtidas por meio de entrevista cujo roteiro encontra-se nos Anexos.

Ainda sobre o Curso de Apropriação de Resultados, Anderson Córdova Pena<sup>15</sup> afirmou que o Curso de Apropriação de Resultados, oferecido pelo Caed, destinou-se a gestores e professores das unidades públicas da rede estadual de ensino. Sobre o objetivo do curso, que é oferecido como formação continuada em serviço, ou seja, sem dispensa das atividades profissionais, ele respondeu que

o curso teve como objetivo oferecer formação continuada, em serviço, aos gestores e professores das redes públicas estaduais de educação; além de desenvolver competências e habilidades para a leitura de indicadores de avaliação sociais e educacionais em níveis estaduais e nacionais e indicar diferentes possibilidades para se trabalhar com os resultados do processo avaliativo nas escolas

Percebe-se, nas respostas dadas pelo especialista, que existe, de fato, grandes possibilidades de utilização dos resultados das avaliações externas por parte de gestores e professores, no sentido de melhorar a qualidade da educação para os alunos da escola pública. Ao ser perguntado sobre a importância da capacitação de educadores, no sentido de que se apropriem dos resultados de avaliações externas, utilizando-os em sua prática pedagógica, e em que essa apropriação contribui para a melhoria do processo de ensino e de aprendizagem, a resposta dada pelo entrevistado foi:

A complexidade do Campo Educacional requer esforço para integrar ações, trocar experiências e encontrar alternativas para problemas gerais. Nesse sentido, a divulgação dos resultados das avaliações educacionais torna-se um ponto de partida para implementações de práticas pedagógicas, assim o profissional da unidade escolar, ao participar desse processo, tem a oportunidade de refletir, individual e coletivamente com seus pares, sobre as ações pedagógicas desenvolvidas no cotidiano escolar e sobre os resultados apontados pela avaliação em larga escala

O ponto crucial da entrevista, no entanto, foi saber qual a avaliação que o especialista faz do curso de apropriação de resultados aplicado pelo Caed, com relação ao conteúdo do curso, à receptividade dos cursistas e à possibilidade de aplicação dos conhecimentos na prática educativa dos professores, em sala de aula. Nas palavras do especialista:

---

<sup>15</sup> Anderson Córdova Pena era Coordenador de Análises e Divulgação de Resultados na Unidade de Avaliação do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd-UFJF), na época da entrevista. As informações citadas neste trabalho, foram obtidas por meio de questionário, cujo roteiro encontra-se nos Anexos.

O curso de apropriação de resultados surte efeito positivo no desenvolvimento de práticas pedagógicas, uma vez que o cursista tem uma aproximação maior de informações sobre avaliação educacional, indicadores sociais e educacionais além de aprender a utilizar os resultados de forma que contribua para a elevação do desempenho dos estudantes em seu estado.

A exemplo dessas experiências, é possível aferir que, a partir da apreensão dos objetivos e possibilidades das avaliações externas, o processo educativo pode ser aprimorado. A conscientização sobre a importância da avaliação externa e a devida compreensão acerca de sua função diagnóstica leva ao comprometimento para com a melhoria dos resultados, motivando a equipe pedagógica para a criação de estratégias a fim de que os resultados sejam utilizados de modo a promover a melhoria da qualidade do ensino.

### 2.3.2. A atuação da equipe gestora no processo de apropriação de resultados do Simave/Proeb

A gestão da escola, numa perspectiva democrática, conta com a participação de outros agentes quando se trata de planejar e executar as atividades escolares. Supervisores, orientadores, coordenadores pedagógicos, são atores importantes no processo de tomada de decisão e que devem estar integrados de forma a darem vida a projetos que sejam necessários para que os objetivos educacionais sejam alcançados. A equipe gestora, portanto, atua de forma conjunta, atendendo aos aspectos da gestão financeira, administrativa e pedagógica.

A gestão escolar, para Lück(2009), abrange dimensões, as quais, de forma associada, se voltam para o trabalho conjunto, de forma que

a gestão escolar constitui uma dimensão e um enfoque de atuação em educação, que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais dos estabelecimentos de ensino, orientados para a promoção efetiva da aprendizagem dos alunos, de modo a torná-los capazes de enfrentar adequadamente os desafios da sociedade complexa, globalizada e da economia centrada no conhecimento (LÜCK, 2009, p.24)

Para a autora, a gestão escolar é uma das áreas de atuação profissional na educação destinada à coordenação e à efetividade de ações educacionais voltadas

para a promoção da aprendizagem e formação dos alunos. Nessa perspectiva, a gestão escolar envolve aspectos referentes à gestão financeira, administrativa e pedagógica, além de outras como gestão de pessoas e da cultura e do clima escolar (LÜCK, 2009).

Tendo, este Plano de Ação, foco na gestão pedagógica, vale evidenciar o que diz Lück(2009, p.95), sobre essa dimensão da gestão escolar:

A gestão pedagógica é, de todas as dimensões da gestão escolar, a mais importante, pois está mais diretamente envolvida com o foco da escola que é o de promover aprendizagem e formação dos alunos(...). Constitui-se como a dimensão para a qual todas as demais convergem, uma vez que esta se refere ao foco principal do ensino que é a atuação sistemática e intencional de promover a formação e a aprendizagem dos alunos, como condição para que desenvolvam as competências sociais e pessoais necessárias para sua inserção proveitosa na sociedade e no mundo do trabalho, numa relação de benefício recíproco. Também para que se realizem como seres humanos e tenham qualidade de vida.

A gestão pedagógica, portanto, não pode ser negligenciada, devido ao acúmulo de atividades relacionadas à gestão administrativa e financeiras das escolas, entendendo-se que as dimensões da gestão se complementam. A equipe pedagógica, nesse sentido, deve adotar um caráter de unidade, formando uma equipe capaz de atender a todas as dimensões, sem que haja atenção a uma em detrimento de outra. No município de Barbacena, a equipe gestora de cada escola conta com o diretor e o técnico em educação, que pode ser da área de orientação educacional ou de supervisão pedagógica. De acordo com o Estatuto do Magistério do Município de Barbacena (1996, p.4), “o Supervisor Pedagógico atua no âmbito do Sistema, da escola ou de áreas curriculares, exercendo a supervisão do processo didático em seu tríplice aspecto de planejamento, controle e avaliação”. Dentre as atribuições do Supervisor Pedagógico, no contexto da escola, estão as de assessorar a Direção do Estabelecimento nas questões pedagógicas, emitindo parecer e propondo medidas para melhorar a eficiência do ensino; acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem dos discentes; e promover cursos de capacitação e aperfeiçoamento dos professores.

Desta forma, os técnicos em educação da área de supervisão pedagógica que atuam nas escolas da rede municipal de Barbacena, exercem papel fundamental para que a dimensão pedagógica seja eficaz no que diz respeito à

gestão de resultados educacionais. Contribuir para que os docentes deixem de perceber as estatísticas educacionais, apresentadas nos Boletins de Resultados do Simave/Proeb, como pura questão burocrática, é responsabilidade da gestão escolar no seu aspecto pedagógico, a qual é compartilhada com o supervisor. Desta forma, ainda de acordo com Lück(2009, p.56),

compreender o papel e os mecanismos da avaliação de resultados educacionais, tanto em âmbito externo, realizado pelos sistemas de ensino, como no interno, realizado pelas escolas, constitui-se em condição fundamental para definir qualificações que tornam as escolas mais eficazes.

Atendendo a essa perspectiva, o trabalho do supervisor pedagógico deve propiciar a construção de um trabalho de equipe, com base em fundamentação teórica consistente e bem selecionada, tendo em vista o foco dado pelo programa a ser executado. A atuação do pedagogo<sup>16</sup>, portanto, é de fundamental importância para dar o apoio necessário e fazer o acompanhamento do trabalho docente (LIBÂNEO, 2010). O trabalho docente inclui, além de outros fatores, a leitura e uso dos resultados das avaliações externas, no que se refere ao desenvolvimento das habilidades esperadas para cada etapa de escolarização. Nesse sentido, o pedagogo deve propiciar a análise e a compreensão das situações de ensino baseadas nos conhecimentos teóricos e em sua vinculação com o trabalho de sala de aula, contribuindo para o seu aprimoramento. Ainda segundo o autor,

a presença do pedagogo escolar torna-se, pois, uma exigência dos sistemas de ensino e da realidade escolar, tendo em vista melhorar a qualidade da oferta de ensino para a população. Quando se atribuem ao pedagogo as tarefas de coordenar e prestar assistência pedagógico-didática ao professor, não está se supondo que ele deva ter domínio dos conteúdos-métodos de todas as matérias. Sua contribuição vem dos campos do conhecimento implicados no processo educativo-docente, operando uma interseção entre a teoria pedagógica e os conteúdos-método específicos de cada matéria de ensino, entre o conhecimento pedagógico e a sala de aula (LIBÂNEO, 2010, p.62).

O trabalho do supervisor, portanto, deve ser centrado na ação do professor, sendo que o processo de ensinar e aprender se dá “numa relação entre o professor

---

<sup>16</sup> Na rede municipal de Barbacena, o pedagogo atua como técnico em educação, nas funções de supervisão pedagógica ou de orientação pedagógica..

que ensina-e-aprende, o aluno que aprende-e-ensina e o supervisor que orienta-aprende-e-ensina”(SILVA JR; RANGEL,2008, p.31). Este processo é definido pelos autores citados como “parceria”.

O trabalho pedagógico voltado para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, em todos os seus aspectos, precisa ser pautado em um trabalho de “parceria”, em que supervisor e professores se unem para o exercício da tomada de decisões educacionais no âmbito da escola, e mais precisamente, da sala de aula. O trabalho pedagógico precisa estar, necessariamente, fortalecido por bases teóricas para a compreensão de como se pode promover a transposição didática deste conhecimento para a ação propriamente dita, no sentido de usar a teoria como suporte para uma prática responsável, coerente e eficaz. Essa ideia é confirmada por Pimenta (2005, p.26), quando afirma que

o saber docente não é formado apenas da prática, sendo também nutrido pelas teorias da educação. Mediante esta afirmação fica claro que, a teoria tem importância fundamental, pois ao nos apropriarmos de fundamentação teórica nos beneficiamos de variados pontos de vista para uma tomada de decisão dentro de uma ação contextualizada, adquirindo perspectivas de julgamento para compreender os diversos contextos do cotidiano. A interação dialógica entre saberes gera o desenvolvimento de uma prática pedagógica autônoma e emancipatória.

Por esta razão, qualquer proposta que seja feita para a apropriação dos resultados das avaliações, deverá constar tanto de capacitação para o conhecimento e a compreensão de elementos teóricos que envolvem a questão, como de oficinas práticas, nas quais os professores tenham a oportunidade de construir planos de intervenção que contribuam, de fato, para o crescimento dos alunos, no que se refere à aquisição de habilidades e competências básicas previstas para o Ensino Fundamental e descritas nas Matrizes de Referência.

A elaboração de um planejamento estratégico é de suma importância, pois, depois de identificadas as competências e habilidades que necessitam ser trabalhadas, assim como aquelas cujo aprendizado foi considerado satisfatório, os professores são levados a pensar ações de intervenção, a fim de que as deficiências sejam sanadas e os pontos considerados positivos sejam intensificados e ampliados. Essas ações não podem se restringir a um planejamento formal, a ser engavetado e negligenciado. Com a conscientização sobre a importância e a devida compreensão

da função diagnóstica da avaliação externa, equipe gestora e professores tenderão a se responsabilizar, tornando-se parte desse processo como atores que exercem importante papel no contexto educacional da escola, do município, do estado e do país. Sentir-se parte de um processo, leva ao comprometimento para com a melhoria dos resultados, que nada mais é do que a melhoria da qualidade do ensino ofertado aos jovens, pelo menos no que se refere aos aspectos cognitivos.

Quanto à validade de se trabalhar, com os alunos, um currículo escolar, no qual estejam contempladas as habilidades e competências mínimas previstas nas Matrizes de Referência, ressalta-se, como já foi explanado anteriormente, que outras dimensões da prática educativa devem ser sempre levadas em consideração e nunca negligenciadas, até mesmo devido ao fato de que essas dimensões se inter-relacionam. A escola deve estar voltada para o desenvolvimento humano, o qual vai além do aspecto do conhecimento acadêmico, relacionando-se também com aspectos afetivos e comportamentais. Mas sendo este Plano de Ação voltado para os aspectos cognitivos da aprendizagem, vale destacar que a formação geral do indivíduo, conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), perpassa por essa questão da aquisição de conhecimentos como fundamental para o exercício da cidadania no que concerne à mobilidade do indivíduo em meio à sociedade, não como mero expectador, mas como agente transformador. Para Becker (2010, p.10), “embora o Brasil tenha avançado muito na coleta de dados e nos sistemas de avaliação, ainda é preciso construir mecanismos para que os resultados sejam utilizados por gestores e professores de modo a melhorar a qualidade do ensino oferecido”. Desta forma, a avaliação em larga escala, como já enfatizado, deve contribuir para a melhoria da prática pedagógica, mas disso depende a compreensão de que o diagnóstico, por si só, não é suficiente para que seja alterada uma determinada situação.

### **3. O PLANO DE AÇÃO**

Em face do exposto, este Plano de Ação tem como objetivo propor o desenvolvimento de um Programa de Gestão para os resultados do Simave/Proeb. Por meio deste Programa, os professores das séries iniciais e das séries finais do Ensino Fundamental, terão a oportunidade de refletir, em primeiro lugar, sobre as dificuldades dos alunos e suas possíveis causas, sejam elas intra ou extraescolares, para, a partir de então, refletir sobre como podem utilizar os resultados da avaliação externa, as quais indicarão as habilidades consolidadas e não-consolidadas. É de fundamental importância, portanto, que os docentes saibam utilizar os resultados da avaliação externa como ferramentas capazes de contribuir para a construção de um currículo mais amplo e fortalecido, mesmo que as matrizes de referência sejam um “recorte” desse currículo escolar. As matrizes permitem uma visualização exata do mínimo necessário a ser trabalhado com os alunos e do que eles, necessariamente, consolidaram em termos de competências e habilidades necessárias ao seu efetivo desenvolvimento. O Programa de Gestão dos Resultados do Simave/Proeb, será efetivado por supervisores escolares da rede municipal de Barbacena-MG, junto aos professores.

É importante que as escolas tenham clareza quanto aos objetivos da avaliação externa, que não é o de comparar escolas, até mesmo por estas receberem alunos muito diferentes. Nem mesmo se trata de comparar escolas da rede municipal com escolas da rede estadual, mas de aproximar, ao máximo, os níveis de proficiência, acreditando-se que os alunos das escolas municipais têm reais capacidades para alcançar níveis mais significativos nas escalas de proficiência. Trata-se, fundamentalmente, da proposta de um esforço conjunto e contínuo que visa a melhoria de resultados, para cada escola, de acordo com sua realidade, e para a rede municipal em sua totalidade. O debate sobre as situações de aprendizagem dos alunos deve considerar os resultados da avaliação externa como indicadores capazes de contribuir para com as práticas pedagógicas e para o desenvolvimento dos alunos, em seu aspecto cognitivo, considerando-se este como importante elemento de composição da formação geral do educando.

### **3.1 Programa de Gestão dos resultados do Simave/Proeb**

Tendo em vista que a Rede Municipal de Barbacena-MG aderiu ao Simave/Proeb, como forma de acompanhar o desempenho escolar dos alunos, foram analisadas as formas pelas quais os resultados dessa avaliação externa são utilizados pelas equipes gestoras e pelos docentes da Rede. A partir de informações obtidas por meio de questionário aplicado a professores da Rede Municipal, e entrevistas feitas com gestores escolares, foi identificado, e tomado como caso de gestão, que a grande maioria dos professores, principalmente os que lecionam outras disciplinas diferentes de Língua Portuguesa e Matemática, não tem informações claras sobre a avaliação externa, deixando, portanto, de utilizar o Simave/Proeb como instrumento pedagógico que contribui para o aprimoramento da prática docente e conseqüente melhoria do processo pedagógico. Desta forma, o Plano de ação a ser apresentado irá propor um Programa de Gestão dos Resultados do Simave/Proeb, com objetivo de capacitar e motivar os docentes para a adoção de estratégias voltadas para a melhoria da educação, com base nos resultados das avaliações. O programa deverá ser implementado no âmbito de cada escola municipal e desenvolvido por Supervisores Pedagógicos e atenderá a toda a Rede.

O Programa de Gestão dos Resultados do Simave/Proeb, aqui proposto, não se limitará a um curso de apropriação de resultados, estendendo-se por todo o ano letivo num movimento constante de discussão sobre as potencialidades de uso de resultados. Uma capacitação para compreensão dos elementos que envolvem a avaliação externa será realizada, e contará com outras ações a serem especificadas ainda neste Capítulo.

### **3.2. Metas de qualidade**

O segundo capítulo apresentou os resultados comparados, ao longo do tempo, do Proeb, relativo às escolas municipais de Barbacena, demonstrando que, no geral, a cada edição da avaliação externa, ficam acima das médias atingidas pela média das redes municipais do estado e abaixo dos níveis de proficiência da rede estadual. Entende-se que o nível de aprendizado dos alunos da rede municipal de Barbacena não se encontra em situação crítica, sendo possível, em um prazo relativamente curto, melhorar esses níveis, aproximando-os dos níveis estaduais.

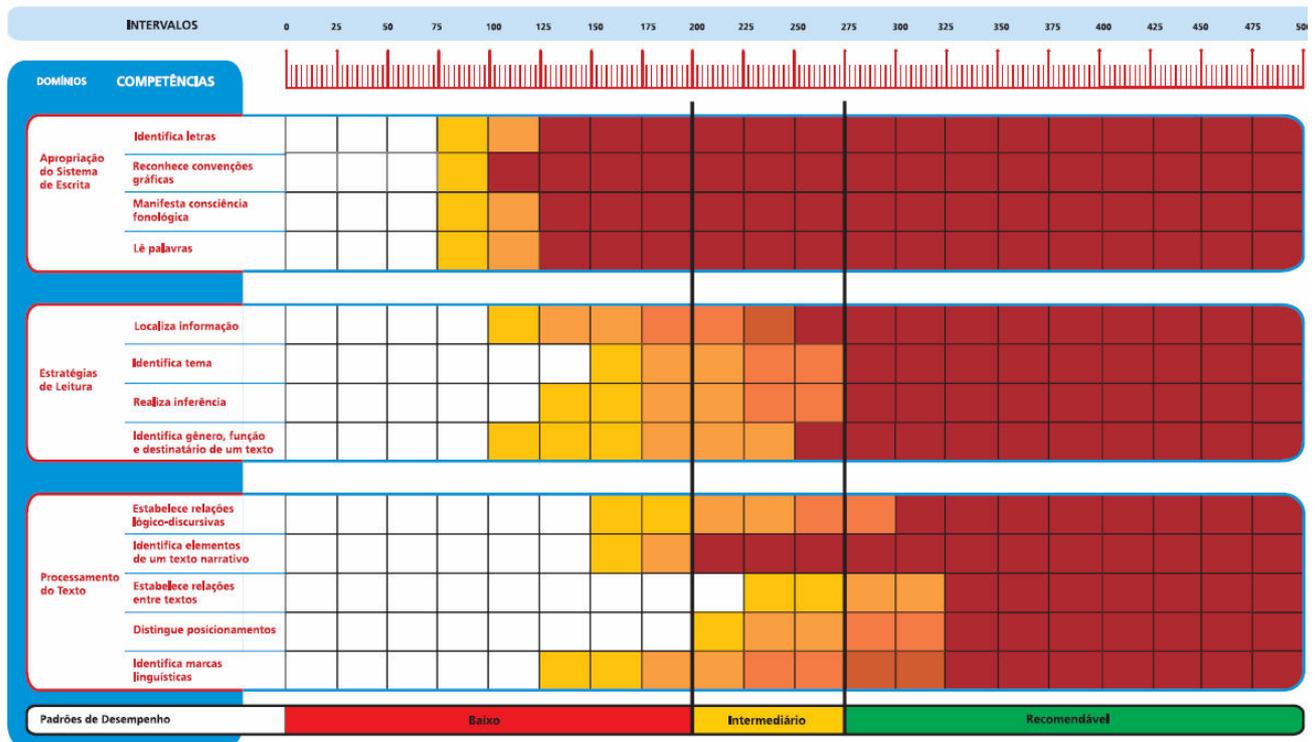
Basta que se intensifique o olhar para as reais potencialidades dos alunos. (ver tabelas 3, 4, 5).

A proposição de metas a serem alcançadas nas avaliações futuras passa a ser ponto fundamental do trabalho realizado, a fim de que todas as ações empreendidas estejam focadas em um objetivo maior e bem definido, ou seja, o aumento dos níveis de proficiência em cada escola da rede, de forma a se alcançar, para toda a rede municipal, uma proficiência cada vez mais expressiva e que retrate o esforço conjunto para a efetivação de uma educação de qualidade no que se refere aos aspectos cognitivos.

Desta forma, o Programa de Gestão dos Resultados do Proeb, a ser implementado nas escolas municipais, contará com metas de qualidade a serem alcançadas, visando elevar os níveis de proficiência dos alunos, evidentemente, dentro das possibilidades de cada unidade de ensino. Essas metas têm a finalidade de dar um “norte” ao trabalho a ser empreendido pelos professores, com apoio e acompanhamento do supervisor pedagógico. Evidentemente que, se há um movimento no sentido de capacitar os docentes para a utilização dos resultados com o consequente (re)direcionamento das práticas pedagógicas, pensar em termos de conquistas futuras é natural e até mesmo inevitável.

Essas conquistas futuras, com relação ao alcance de metas, irá se fundamentar no desenvolvimento, por parte dos alunos, das habilidades descritas nas Matrizes de Referência para Língua Portuguesa e Matemática do Proeb, para os 5º e 9º anos do Ensino Fundamental. Os resultados dos testes das avaliações são descritos em uma Escala de Proficiência, indicando, como o próprio nome diz, a proficiências dos alunos em termos de aquisição das habilidades avaliadas. O site oficial do Simave conceitua escala de proficiência como “a expressão da medida de uma grandeza. É uma forma de apresentar resultados com base em uma espécie de régua construída com critérios próprios”. Na escala de proficiência, os resultados da avaliação são apresentados em níveis, do mais baixo ao mais alto, variando de 0 a 500 pontos. A seguir é apresentada, como exemplo, a Escala de Proficiência do Saeb para Língua Portuguesa, sabendo-se que o Simave/Proeb utiliza essa mesma escala em suas divulgações.

Figura 2: Escala de Proficiência em Língua Portuguesa



Fonte: [www.simave.caedufjf.net](http://www.simave.caedufjf.net)

As Escalas de Proficiência, tanto de Língua Portuguesa como de Matemática, são apresentadas em uma “régua” contendo 500 pontos que se dividem em intervalos de 25 pontos. Nessa régua, há “cortes” identificando os padrões de desempenho Baixo, Intermediário e Recomendado. A escala é única para os anos escolares avaliados, havendo mudança somente nos valores que determinam os intervalos definidores dos padrões de desempenho, conforme descrito a seguir:

Tabela 6: Níveis de proficiência X padrões de desempenho em Língua Portuguesa e em Matemática, 5º e 9º anos, na escala do Saeb

	5º ANO -NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA			9º ANO-NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA		
	Baixo	Intermediário	Recomendado	Baixo	Intermediário	Recomendado
LP	ATÉ 175	175-225	ACIMA DE 225	ATÉ 200	200-275	ACIMA DE 275
MAT	ATÉ 175	175-225	ACIMA DE 225	ATÉ 225	225-300	ACIMA DE 300

Fonte: Construção própria baseada no Vol.3 dos Boletins de Resultados do Proeb.

As escalas de proficiência podem ser “lidas” e interpretadas de três formas: 1) tendo-se por base os domínios e competências, considerando-se a evolução das habilidades ao longo da escala; 2) a leitura por meio dos padrões de desempenho; e 3) a observação de cada um dos intervalos de 25 em 25 pontos da escala (MINAS GERAIS-SIMAVE/PROEB, 2010).

Tomando por base a leitura no que se refere à evolução das habilidades ao longo da Escala de Proficiência, pode-se verificar a evolução ao longo do tempo, considerando-se os anos de 2008, 2009 e 2010, conforme demonstram os dados da tabela 7.

Tabela 7: Evolução nos níveis de proficiência em Língua Portuguesa e em Matemática, Proeb 2008, 2009, 2010, rede municipal de Barbacena

REDE MUNICIPAL DE BARBACENA - MÉDIA DE PROFICIÊNCIA - PROEB					
	2008	2009	2010	EVOLUÇÃO 2008 para 2009 (proficiência em 2009 <i>menos</i> proficiência em 2008)	EVOLUÇÃO 2009 para 2010 (proficiência em 2010, <i>menos</i> proficiência em 2009)
5º LP	199,4	202,4	215	4,55	12,6
9º LP	252,9	247,5	247,9	- 5,4	0,4
5º MAT	211,3	216,1	236,5	4,8	20,4
9º MAT	260,9	264	263,9	3,1	- 0,1

Fonte: construção própria, baseada em tabelas apresentadas anteriormente

Percebe-se, na tabela 7, que, no 5º ano, tanto em Língua Portuguesa como em Matemática, houve evolução positiva de 2008 para 2009 e de 2009 para 2010. O mesmo não ocorre para o 9º ano, nas duas disciplinas avaliadas, em que se observa perda de proficiência. Para este Plano de Ação, será proposto que haja, a partir da próxima edição do Simave/Proeb, uma evolução positiva em todos os anos e disciplinas avaliadas. Propõem-se, desta forma, uma evolução, após um ano da implementação do Programa de Gestão dos Resultados do Simave/Proeb, de, no mínimo, 5 pontos acima da última avaliação, ocorrida em 2010. Evolução esta que deve ocorrer a cada edição da avaliação, evitando-se que ocorram decréscimos como observado para o 9º ano. Desta forma, a rede municipal deverá apresentar, após um ano da implementação do Programa, nos resultados da avaliação subsequente, o crescimento indicado na tabela 8.

Tabela 8: Maior evolução nas médias de proficiência em Língua Portuguesa e em Matemática, para 5º e 9º anos do EF de 2008 para 2009 e de 2009 para 2010, proficiência observada em 2010 e proficiência média esperada após um ano de implementação do Programa

Ano e disciplina avaliada	Maior evolução observada entre 2008, 2009 e 2010	Proficiência observada em 2010	Evolução esperada após a implementação do Programa	Média mínima de proficiência mínima a ser alcançada, pela rede municipal, após um ano da implementação do Programa
5º ano LP	12,6	215	215+5	220,5
5º ano MAT.	20,4	236,5	236,5+5	241,5
9º ano LP	0,4	247,9	247,9+5	252,9
9º ano MAT.	3,1	263,9	263,9+5	268,9

Fonte: Construção própria baseada em dados apresentados anteriormente

Para que a rede municipal, como um todo, alcance a meta estipulada, cada escola, em particular, deverá se mobilizar para alcançar, também, 5 pontos acima da última proficiência divulgada. O esforço de cada unidade escolar irá refletir em toda a rede, beneficiando tanto as escolas como o seu conjunto no que se refere ao sistema municipal de educação. Nesse aspecto, faz-se necessário um trabalho contínuo para que não haja quedas na proficiência, mas sim, como está proposto, uma evolução que atenda às expectativas de cada escola e da rede municipal em termos de melhoria da qualidade da educação, refletida nos níveis de proficiência divulgados a cada edição do Simave/Proeb. Em cada escola, deverá haver uma análise da evolução ao longo dos anos de referência, estipulando-se, da mesma forma que para a rede, 2 pontos acima da maior evolução apresentada.

Sabendo-se que a Escala de Proficiência indica os padrões de desempenho Baixo, Intermediário e Adequado, espera-se que os alunos avancem na escala, mesmo que permaneçam dentro do mesmo padrão de desempenho. Tendo como foco o avanço na Escala de Proficiência, será definida uma outra meta de qualidade, desta vez, com base nos padrões de desempenho. Nesse sentido, pretende-se que seja dada atenção especial ao percentual de alunos do município no nível Baixo da Escala, de forma que, a cada ano, pelo menos 90% dos alunos estejam localizados entre os níveis Intermediário e Recomendado da Escala de Proficiência. Ou seja, espera-se que, a cada edição da avaliação, se mantenha um padrão em que não haja a ocorrência de um percentual acima de 10% de alunos no nível baixo da escala. Consultando a Tabela 5, verifica-se que, em 2010, havia 8,5%

de alunos no baixo desempenho para matemática do 5º ano e 18,4% para o 9º ano. Também em 2010, havia 17,3% de alunos no baixo desempenho para o 5º ano em Língua Portuguesa e 12,9% para o 9º ano. Manter, a cada edição do Simave/Proeb, o limite de 10% no baixo desempenho, para os anos e disciplinas avaliadas, trata-se de um esforço que vai além da preocupação em se alcançar níveis de proficiência mais elevados, mas que se tenha a atenção voltada, também, para o conjunto de alunos no que se refere ao número/porcentagem destes que se encontram no padrão de desempenho baixo. Pensar no coletivo e, também, no individual.

A meta proposta com base no padrão de desempenho, pretende estimular o trabalho pedagógico voltado, não somente para o grupo de alunos, mas para cada aluno em particular. Isto é possível a partir da observação atenta do docente que conhece seus alunos e pode, com base no levantamento das habilidades não consolidadas das Matrizes de Referência, identificar exatamente quais de seus alunos precisam desenvolver de forma mais completa essa ou aquela habilidade. A meta que se deseja para a rede municipal, de 90% dos alunos distribuídos entre os padrões Intermediário e Recomendado da escala de proficiência, deverá ser atendida também pelas escolas, num esforço conjunto para que os resultados sejam visíveis em nível de unidade escolar, assim como em relação ao sistema municipal de ensino.

Não se pretende, portanto, estipular um nível de proficiência único a ser atingido pelas escolas, tendo em vista, principalmente, a realidade de cada uma, seu contexto e suas peculiaridades. Promover um crescimento previamente definido na proficiência média dos alunos da rede municipal (5 pontos acima da última proficiência divulgada), e atingir 90% dos alunos distribuídos entre os níveis Intermediário e Adequado da Escala de Proficiência, nos anos e disciplinas avaliadas, é um desafio. Esse desafio, contudo, pode ser viável, uma vez que cada unidade escolar poderá partir do ponto em que se encontra, buscando estratégias pedagógicas que garantam um crescimento contínuo, que possa ser monitorado e que se torne um objetivo real para toda a equipe pedagógica das escolas e da rede como um todo.

Tampouco será estipulada uma média de proficiência máxima a ser alcançada em determinado período de tempo. A proficiência não é um “valor” que possua um limite máximo, pois os valores da Escala de Proficiência são arbitrários, indicando, nada mais, nada menos, que níveis de proficiência alcançados por meio

do desenvolvimento de habilidades. Essas habilidades são desenvolvidas continuamente e se aprimoram durante a trajetória escolar. O que se pretende é que haja a promoção de uma discussão constante, por parte de uma equipe de profissionais da educação preocupados em estabelecer estratégias educacionais eficazes para a efetivação de uma educação de qualidade para todos. O crescimento como um todo deverá ser constante para que, mesmo aqueles que estejam localizados nos mais altos valores da Escala de Proficiência, possam ter a oportunidade de avançar cada vez mais. Esse é, fundamentalmente, o sentido de se pensar em educação de qualidade no que se refere aos aspectos cognitivos da aprendizagem e que devem garantir a todos os alunos oportunidades reais de continuação dos estudos e inserção no mercado de trabalho, o qual exige, cada vez mais, competências referentes às habilidades que são verificadas por meio das avaliações externas.

A escola, pois, tem o papel fundamental de levar o conhecimento aos alunos, sabendo-se que o conhecimento verdadeiro, conforme Luckesi (1994, p.106), “é aquele que desvenda e ilumina as configurações da realidade, fornece aos sujeitos que o possuem um poder de compreensão e ação mais efetivo do que o daqueles que não detêm esse entendimento”. Desta forma, o conhecimento amplia o entendimento e a compreensão por parte de uma grande quantidade de pessoas, podendo, conforme o autor, ganhar um “traço revolucionário, possibilitando, à grande massa, como um bloco, pensar e, possivelmente, agir”(Idem, p.107). Confirma-se, assim, a ideia de que o conhecimento não deve ser estanque da realidade, muito pelo contrário. O saber adquirido é o primeiro passo para que haja reflexão sobre a realidade, construindo-se, nos indivíduos, a consciência crítica capaz de alterar elementos dessa mesma realidade. Ao agir como mediador entre a cultura elaborada e acumulada pela humanidade, e o educando, o educador deve, necessariamente,

possuir conhecimentos e habilidades suficientes para poder auxiliar o educando no processo de elevação cultural. Deve ser suficientemente capacitado e habilitado para compreender o patamar do educando. E, a partir dele, com todos os condicionamentos presentes, trabalhar para elevá-lo a um novo e mais complexo patamar de conduta, tanto no que se refere aos conhecimentos e às habilidades, quanto no que se refere aos elementos e processos de convivência social ( LUCKESI, 1997, p.115).

Percebe-se, portanto, que a formação do aluno não pode prescindir da formação para consolidação de competências e habilidades cognitivas, evidentemente, trabalhadas de forma a não se configurarem em repetição de informações transmitidas pelos livros didáticos, mas como prática de reflexão crítica sobre o que é ensinado/aprendido para que os conteúdos tenham significado e sentido elevado para os educandos. E tendo em vista que as matrizes de referência do Proeb são formadas, não por conteúdos, mas por habilidades a serem consolidadas pelos alunos, torna-se possível e imprescindível que essas habilidades sejam trabalhadas, dentro do currículo escolar, de forma crítica, reflexiva e construtiva. E é o que se espera com este Plano de Ação, com relação às condições a serem dadas aos professores de trabalhar conscientemente os resultados do Proeb, desenvolvendo, nos alunos, desde o 1º até o 9º ano do Ensino Fundamental, as habilidades e as competências necessárias ao seu pleno desenvolvimento.

O Programa de Gestão dos Resultados do Simave/Proeb será voltado para os professores de todos os anos e de todas as disciplinas, uma vez que as habilidades mínimas a serem desenvolvidas pelos alunos, ao longo do Ensino Fundamental, não são de responsabilidade específica dos professores de Língua Portuguesa e de Matemática. E, em se tratando de habilidades a serem desenvolvidas durante a trajetória escolar dos alunos, essas habilidades não são trabalhadas e consolidadas somente nos anos em que ocorre a avaliação externa, mas durante toda essa trajetória, ou seja, desde a Educação Infantil até o 9º ano.

### **3.3 Ações a serem efetivadas para implementação do Programa de Gestão dos Resultados do Simave/Proeb**

As ações a serem efetivadas para a implementação do Programa estão organizadas de forma a se definir o(s) setor(es) e o(s) responsável(is) por cada atividade a ser executada. Há ações que estarão sob a responsabilidade dos integrantes do Serviço de Supervisão Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação. Há, ainda, ações a serem efetivadas pelos supervisores que atuam em cada escola, diretamente com os professores, uma vez que, para cada escola da rede há um técnico em educação atuando como supervisor pedagógico. Desta forma, pretende-se distribuir funções no âmbito da Rede Municipal como um todo,

que mobilizem pessoas e grupos para a implementação, acompanhamento e avaliação do Programa.

### 3.3.1. Ações sob a responsabilidade do Serviço de Supervisão Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação

Os integrantes da Secretaria Municipal de Educação que atuam na área pedagógica, são em 6(seis), atendendo à Coordenadoria Técnico Educacional. 3(três) desses técnicos atuam no Setor de Programas e Projetos, exercendo as funções inerentes aos supervisores pedagógicos, com planejamento, execução e avaliação de projetos e programas educacionais. Para a implementação deste Plano de Ação, caberá, a cada um desses três integrantes, o acompanhamento de, aproximadamente, 11 escolas. Já existe, como função desses supervisores, o acompanhamento das unidades escolares no que se refere aos aspectos pedagógicos do processo ensino e aprendizagem. Por meio do Programa de Gestão dos Resultados do Simave/Proeb, essa função será mais bem organizada e direcionada para um monitoramento mais efetivo junto aos supervisores que atuam nas escolas.

3.3.1.1. Mobilização - Realização de um Seminário para mobilização dos docentes, supervisores e demais integrantes das equipes técnicas das escolas e da SME, gestores escolares da rede municipal, assim como do próprio Secretário de Educação, a fim de que se comprometa, de fato, com o Programa. O seminário terá duração de dois dias (16 horas/aula), com o objetivo de motivá-los para a importância da divulgação e apropriação dos resultados do Proeb como ferramentas que possibilitam a discussão e a tomada de decisões educacionais, contribuindo para a adoção de práticas pedagógicas mais eficazes.

Assuntos a serem tratados no Seminário:

- Histórico das avaliações externas no Brasil e no mundo – Conhecer a história da avaliação externa, seus objetivos e formas de aplicação em diversos países, faz com que o educador entenda a avaliação educacional como avaliação de sistemas, que não tem por objetivo avaliar, individualmente, os alunos. A promoção de uma cultura de avaliação e, principalmente, de uma cultura de utilização dessas

avaliações como instrumentos pedagógicos de relevância, só poderá ser consolidada a partir de um entendimento sobre suas amplas possibilidades.

- Teoria de Resposta ao Item (TRI) – O entendimento da metodologia utilizada na correção das avaliações externas é fundamental para que se perceba a importância e seriedade de todo o processo. Não se trata de levar o docente a ser capaz de “aplicar” a estatística, mas de compreender como ela é realizada. Deve-se compreender a TRI como modelo estatístico de correção que leva em consideração três parâmetros para descrever o item: dificuldade, discriminação e probabilidade de acerto ao acaso (ANDRADE, et.al, 2000). Desta forma, os docentes poderão confiar nos resultados e na possibilidade que eles oferecem para o planejamento de estratégias voltadas para a melhoria do processo educacional em cada escola, e na rede municipal como um todo.

- Matrizes de Referência e seus descritores – O conhecimento das Matrizes de Referência de Língua Portuguesa e de Matemática deve ser uma possibilidade dada a todos os professores, de todas as disciplinas. As Matrizes se referem a habilidades, e não a conteúdos, portanto, essas habilidades podem ser desenvolvidas em diferentes áreas do conhecimento. Por exemplo: um professor de geografia pode trabalhar no sentido de ajudar os alunos a desenvolverem habilidades da matriz de matemática, no que se refere, por exemplo, à identificação de informações em mapas, gráficos e tabelas.

Com relação a este tema, ressalta-se a importância de que os professores percebam a diferença entre currículo escolar e matriz de referência, uma vez que esta última é parte integrante do currículo escolar. Desta forma, eles serão capazes de visualizar em quais pontos do currículo escolar cada um dos descritores (que descrevem as habilidades a serem desenvolvidas) está inserido.

- Escala de Proficiência – É importante que os docentes saibam interpretar corretamente a Escala de Proficiência, inclusive fazendo a relação entre a escala de proficiência e a matriz de referência. Os resultados da avaliação externa são dispostos nesta escala, que apresenta os domínios, competências e padrões de desempenho dos alunos. A escala também possibilita a comparação dos resultados do Proeb com os resultados do SAEB e, ainda, entre as diferentes edições do Proeb e entre as diversas etapas de escolaridades avaliadas (SIMAVE, 2010). Esse entendimento é fundamental para que os docentes compreendam a questão da comparabilidade entre as edições da avaliação, entendendo que o trabalho voltado

para o desenvolvimento das competências e habilidades deve ser contínuo. Após o entendimento básico dos elementos que constituem essa análise dos resultados, os supervisores pedagógicos, em suas escolas de atuação, irão promover oficinas para que os resultados de cada escola sejam devidamente analisados com base nos Boletins, com posterior definição de estratégias pedagógicas para desenvolvimento das habilidades.

Ao se focar as Matrizes de Referência, importante destacar os conceitos de competência e de habilidade. As Matrizes de Referência e a Escala de Proficiência são instrumentos que fornecem as informações necessárias à interpretação dos resultados da avaliação em larga escala. Não há como compreender as Matrizes de Referência e a Escala de Proficiência, sem que haja claro entendimento sobre o que seja “competência” e “habilidade” e como esses elementos estão relacionados aos resultados. Nas Matrizes de Referência, é importante que os docentes identifiquem cada descritor como uma única habilidade a ser desenvolvida pelo aluno e que será utilizada como base para a formulação dos itens da avaliação externa. Na Escala de proficiência, os docentes devem identificar, para cada um dos domínios, as competências que, por sua vez, reúnem um conjunto de habilidades, assim como a gradação da complexidade, ao longo da Escala, dessas habilidades.

-Currículo Básico Comum do Estado de Minas Gerais – CBCs – Apresentação sucinta dos CBCs e de sua relação com as Matrizes de Referência do Simave/Proeb para o 5º e 9º anos do Ensino Fundamental.

- Apresentação do Movimento Todos pela Educação e as cinco metas estabelecidas, com foco na Meta 3, a qual pretende que, até 2022, toda criança deverá estar na série/ano escolar adequada à sua idade e, ainda, pelo menos 70% dos alunos com aprendizado adequado à série/ano que frequenta. Um estudo mais reflexivo sobre o Todos pela Educação, em especial a Meta 3, faz-se necessário para que haja, por parte dos profissionais da educação, a conscientização de que todos devem se mobilizar para que resultados cada vez mais significativos sejam alcançados pelos alunos da rede. Importante destacar que o desempenho dos alunos no Saeb/Proeb irá refletir no IDEB do município, índice que acompanha o desenvolvimento dos alunos brasileiros para o alcance das metas estabelecidas para 2022.

- Ao final do 1º e do 2º dia do Seminário, será composta mesa de debates, com participação do público por meio de perguntas. Integrantes da mesa: palestrantes

do dia; integrante da 3ª Superintendência Regional de Ensino que atua com o Proeb/Simave em Barbacena.

O Seminário terá a duração de dois dias, com carga-horária de 16 horas, no início do ano letivo em período já constante do calendário da SME para encontro com os professores, conforme acontece em todo início de ano letivo.

3.3.1.2. Capacitação dos gestores e supervisores das escolas - Capacitação presencial para os gestores e Supervisores que atuam diretamente nas escolas, e que farão a implementação do Programa junto aos professores de cada unidade escolar. A capacitação ocorrerá na própria SME, com carga horária de 20 horas, a serem aplicadas durante uma semana, com 4 horas diárias, dentro da carga-horária dos profissionais. Essa capacitação ocorrerá após o Seminário, de forma presencial, a fim de se estabelecer critérios para a implementação do Programa em cada escola. Os supervisores que atuam nas escolas receberão, sob a coordenação dos supervisores da SME, as orientações gerais para que o Programa seja efetivado em cada escola da rede municipal. Nessa oportunidade, os supervisores irão estudar os Boletins de Resultado, preparando-se para utilizarem, com os professores, a Seção 6 dos Boletins, que traz atividades para apropriação dos resultados. Essas atividades devem ser desenvolvidas na escola, sendo uma “importante oportunidade para pensar coletivamente ações que visem à melhoria do processo de ensino e de aprendizagem e, conseqüentemente, à elevação dos indicadores da escola” (MINAS GERAIS, 2010). Em grupos de estudos, os supervisores irão elaborar estratégias a serem efetivadas durante o ano letivo, visando ao desenvolvimento das habilidades não consolidadas pelos alunos, sem que se perca o foco no currículo escolar adotado pela rede (CBC).

3.3.1.3. Acompanhamento do Programa de Gestão dos Resultados – O supervisor da SME irá se reunir bimestralmente com os supervisores das escolas sob sua responsabilidade, para discutir os aspectos mais relevantes do Programa, trocar experiências, sanar dificuldades e propor novas ações focadas na apropriação dos resultados do Proeb e no desenvolvimento das habilidades, por parte dos alunos. Esses encontros estarão previstos no cronograma elaborado durante a capacitação inicial e serão realizados dentro da carga-horária dos supervisores, podendo ser feitos, a cada vez, em uma escola diferente, para que cada um conheça a realidade

e o contexto de todas as unidades escolares da rede municipal. Essas reuniões serão específicas para os supervisores. A Partir do que for levantado nas discussões, cada supervisor levará, para os professores da escola em que atua, as diretrizes e questionamentos levantados no encontro dos supervisores.

### 3.3.2. Ações no âmbito de cada escola, sob a responsabilidade do Supervisor Pedagógico

Cada supervisor pedagógico, no âmbito da escola em que atua, ficará responsável pelas ações a serem efetivadas diretamente com os docentes. O trabalho nas escolas é de vital importância para que as metas propostas por este Plano de Ação possam ser alcançadas ou, em caso de necessidade, revistas de acordo com a realidade contextual de cada unidade escolar.

3.3.2.1. Oficinas para análise de resultados e planejamento e acompanhamento das estratégias pedagógicas - Reuniões bimestrais com os professores de todos os anos escolares e de todas as disciplinas para análise dos resultados dos anos anteriores, possibilitando uma avaliação qualitativa acerca do desenvolvimento das habilidades mínimas trabalhadas com os alunos. Nessas reuniões, serão promovidas oficinas voltadas para:

- Análise dos resultados – Conhecer os resultados, por si só, não contribui para a melhoria dos indicadores educacionais. Os Boletins de Resultado apresentam dados quantitativos, sendo que a análise desses dados possibilita uma avaliação qualitativa acerca do desenvolvimento das habilidades mínimas a serem desenvolvidas pelos alunos. A análise qualitativa dos resultados, portanto, é o passo decisivo para que estratégias de ação possam ser efetivadas e se convertam em qualidade do ensino e da aprendizagem.

- Planejamento estratégico – O conhecimento e a análise dos resultados da avaliação em larga escala devem resultar em um planejamento estratégico visando a melhoria da educação ofertada nas escolas da rede municipal. Os dados analisados devem servir para embasar o (re)planejamento das ações desenvolvidas em cada escola e para incentivar os profissionais da educação a aprimorar sua prática pedagógica, tanto em nível de gestão como em nível de atuação em sala de aula.

O supervisor, de posse dos Boletins de Resultados, fará a análise dos mesmos, utilizando, para isto, a Coleção Simave, composta por 4(quatro) volumes: 1) Revista do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Básica, apresentando o Simave, suas abrangência, as Matrizes de Referência, a composição dos testes e sua metodologia de análise; 2) Boletim de Resultados, oferecendo informações sobre a participação dos alunos e os resultados de proficiência obtidos; 3) Boletim Pedagógico da Escola, que informa sobre a proficiência média da escola, com foco na análise pedagógica e qualitativa dos resultados; e 4) Boletim Contextual, com análise dos fatores intra e extraescolares que interferem no desempenho escolar.

Com base nos Boletins, o supervisor, em sua escola de atuação, irá promover a relação entre a Escala de Proficiência e a Matriz de Referência, de forma que os professores identifiquem as habilidades que estão consolidadas e as que ainda necessitam ser trabalhadas. Serão utilizadas as Matrizes de Referência, que constam dos Anexos. Essas Matrizes tratam de habilidades e não, propriamente, de conteúdos, os quais, ao serem desenvolvidos em sala, pelos docentes, devem englobar as habilidades contidas nas matrizes.

A relação a ser feita entre a matriz de referência e a escala de proficiência, dá-se com base nos seguintes quadros:

Tabela 10:Relação entre a Escala de Proficiência e a Matriz de Referência – Matemática 5º e 9º anos Ensino Fundamental

DOMÍNIO	COMPETÊNCIAS	DESCRITORES 5º ANO	DESCRITORES 9º ANO
ESPAÇO E FORMA	• Localizar objetos em representações do espaço	D 01	D1, D9
	• Identificar figuras geométricas e suas propriedades	D02, D03, D04	D2, D3, D4
	• Reconhecer transformações no plano	D05	D5, D6, D7
	• Aplicar relações e propriedades	NÃO AVALIADA	D8, D10, D11
GRANDEZAS E MEDIDAS	• Utilizar sistemas de medidas	D07, D9	D14
	• Medir grandezas	D11, D12	D12, D13
	• Estimar e comparar grandeza	D6, D8, D10	NÃO AVALIADO
NÚMEROS, OPERAÇÕES E ÁLGEBRA	• Conhecer e utilizar números	D13, D14, D15, D20, D21	D15, D16, D19, D20, D21, D22
	• Realizar e aplicar operações	D16, D17, D18, D19, D22, D23, D24, D25, D26, D27, D28	D17, D18, D23, D24, D25, D26
	• Utilizar procedimentos algébricos	NÃO AVALIADO	D27, D28, D29, D30

TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ler, utilizar e interpretar informações apresentadas em tabelas e gráficos</li> </ul>	D29, D30	D31, D32
--------------------------	--	----------	----------

Fonte: Boletins de Resultados 5º e 9º anos Matemática - Coleção Simave 2010

**Tabela 11: Relação entre a Escala de Proficiência e a Matriz de Referência – Língua Portuguesa 5º e 9º anos Ensino Fundamental**

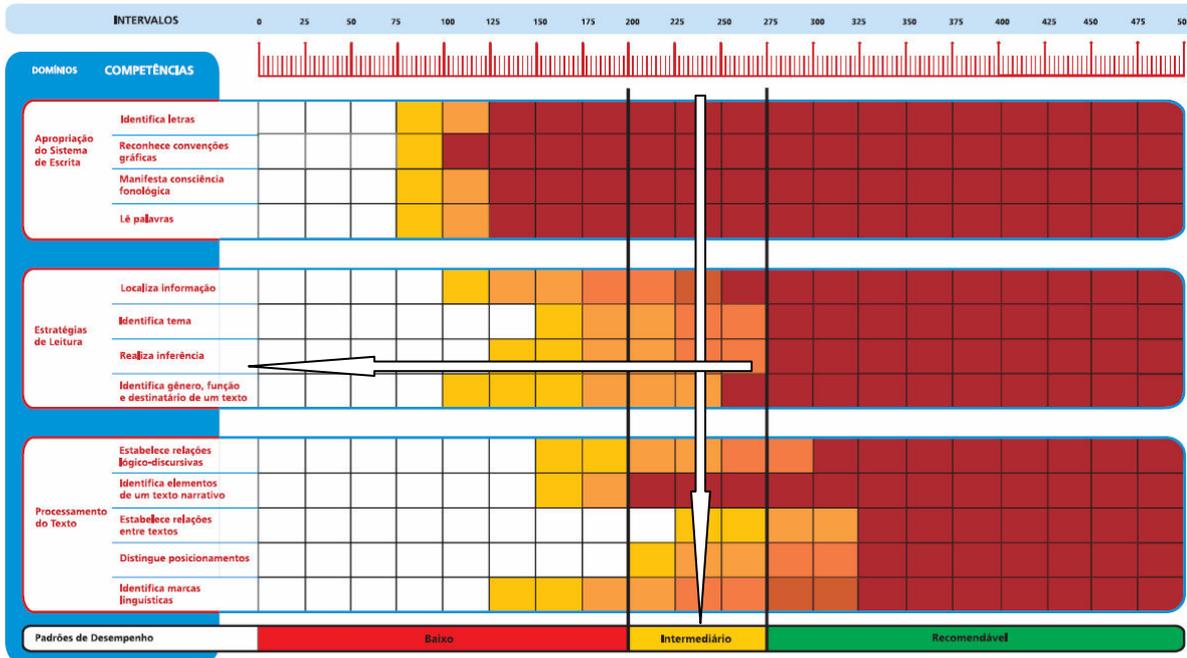
DOMÍNIO	COMPETÊNCIAS	DESCRITORES 5º ANO	DESCRITORES 9º ANO
APROPRIAÇÃO DO SISTEMA DE ESCRITA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identifica letras</li> </ul>	As habilidades relativas a essas competências são avaliadas nos anos iniciais do Ensino Fundamental.  O Simave avalia essas habilidades por meio do Proalfa (Programa de Avaliação da alfabetização), aplicado a alunos do 3º ano do EF.	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reconhece convenções gráficas</li> </ul>		
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Manifesta consciência fonológica</li> </ul>		
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lê palavras</li> </ul>		
ESTRATÉGIAS DE LEITURA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Localiza informação</li> </ul>	D0, D2	D2
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identifica tema</li> </ul>	D1	D1
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realiza inferência</li> </ul>	D3, D5, D8, D21, D23	D3, D5, D8, D21, D23, D25, D28
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identifica gênero, função e destinatário de um texto</li> </ul>	D6, D7	D6, D7
PROCESSAMENTO DO TEXTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelece relações lógico-discursivas</li> </ul>	D11, D12, D15	D11, D12, D15, D16, D27
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identifica elementos de um texto narrativo</li> </ul>	D19	D19
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelece relações entre textos</li> </ul>	NÃO AVALIADO	D20
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Distingue posicionamentos</li> </ul>	D10	D10, D14, D18, D26
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identifica marcas lingüísticas</li> </ul>	D13	D13

Fonte: Boletins de Resultado 5º e 9º anos Língua Portuguesa- Coleção Simave

Por meio da associação entre a Matriz de Referência e a Escala de Proficiência, com base nas tabelas apresentadas acima, é possível identificar exatamente quais habilidades estão, e quais não estão consolidadas pelos alunos. Isso é possível quando se traça, na escala de proficiência, uma reta vertical, no ponto referente à proficiência média dos alunos, fazendo-se a análise com base na gradação de cores da escala que indica a evolução na complexidade das habilidades a serem desenvolvidas em cada etapa da trajetória escolar. O Supervisor Pedagógico, na coordenação do trabalho, pode solicitar que seja traçada a reta referente à proficiência da escola e, também, que seja traçada a reta referente à proficiência da rede municipal. Essa comparação pode ser importante para que se definam ações de melhoria no âmbito de cada escola, que venham a refletir no resultado geral da rede municipal.

Como exemplo, tem-se que:

Figura 3: Escala de Proficiência de Língua Portuguesa – 5º ano do EF



Fonte: [www.simave.caeduff.net](http://www.simave.caeduff.net)

Para uma proficiência de 215, conforme indica a seta na Escala de Proficiência, deve-se observar, a partir da gradação de cores da escala, quais competências ainda não estão consolidadas. Considerando que a seta na vertical indica que a proficiência média encontra-se no Padrão de Desempenho “Intermediário”, verifica-se que, por exemplo, a competência “realiza inferência” (conforme indica a reta na horizontal), pertencente ao Domínio “Estratégias de Leitura”, precisa ser trabalhada para que se dê continuidade ao processo de consolidação dessa habilidade.

Olhando para a Tabela 11, referente à relação entre a Escala de Proficiência e a Matriz de Referência de Língua Portuguesa para o 5º ano, vê-se que os Descritores da matriz que se relacionam a competência “realiza inferência” são: D3, D5, D8, D21, D23.

Por fim, verifica-se, na Matriz de Referência, quais são esses descritores que indicam as habilidades a serem desenvolvidas com os alunos:

D3 – Inferir informações implícitas em um texto.

D5 – Inferir o sentido de palavra ou expressão.

D8 – Interpretar texto que conjuga linguagem verbal e não-verbal.

D21 – Reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso de pontuação e de outras notações.

D23 – Identificar efeitos de ironia ou humor em textos.

Uma análise ainda mais apurada, leva em consideração a evolução das habilidades ao longo da Escala de Proficiência. Observa-se que a gradação de cores indica que a proficiência entre 175 e 225 está representada pelo amarelo escuro. De acordo com o detalhamento dos níveis de complexidade das habilidades, que prioriza a descrição do desenvolvimento cognitivo ao longo do processo de escolarização, os alunos que apresentam proficiência dentro dessa faixa de pontos,

inferem informações em textos não verbais e de linguagem mista desde que a temática desenvolvida e o vocabulário empregado lhes sejam familiares. Esses alunos conseguem, ainda, inferir o efeito de sentido produzido por alguns sinais de pontuação e o efeito de humor em textos como piadas e tirinhas (MINAS GERAIS/SIMAVE/PROEB, 2010,p,22).

Uma outra dimensão da análise pedagógica dos resultados, diz respeito à leitura da Escala de Proficiência por meio dos padrões de desempenho – baixo, intermediário e recomendado. No caso do exemplo dado, a Proficiência de 215 indica que os alunos estão no padrão Intermediário, no intervalo entre 175 e 225 pontos. De acordo com o Boletim de Resultados, os alunos que apresentam esse padrão de desempenho têm ampliadas suas habilidades de leitura no que diz respeito à quantidade e à complexidade dessas habilidades, uma vez que exigem maior refinamento dos processos cognitivos nelas envolvidos. Além das habilidades do padrão anterior (baixo), os alunos, por exemplo, são capazes de estabelecer relações entre partes de um texto e começam a desenvolver outras habilidades que irão permitir que eles estabeleçam relações entre textos (MINAS GERAIS/PROEB/SIMAVE, 2010).

Uma terceira análise relaciona-se à observação de cada um dos intervalos de 25 em 25 pontos da escala. Essa análise permite a leitura do detalhamento das habilidades presentes nos intervalos de proficiência que constituem cada um dos padrões de desempenho. Ainda no caso do exemplo dado, para a proficiência 215, inserida no intervalo de 200 até 225 pontos, os alunos do 5º ano do Ensino

Fundamental: selecionam informações correspondentes a um personagem entre as informações implícitas e explícitas; inferem o sentido de uma expressão metafórica e o efeito do sentido de uma onomatopeia; inferem a intenção implícita na fala de personagens; identificam o conflito gerador de um enredo, sua solução e o tempo em que ocorre determinado fato; identificam a finalidade de um texto com características de curiosidade; distinguem o fato da opinião relativa a ele em um texto narrativo; estabelecem relações entre partes de um texto pela identificação de substituições pronominais ou lexicais; identificam palavras sinônimas que estabelecem a coesão lexical entre partes distantes de um texto narrativo; estabelecem relações lógico-discursivas em textos narrativos através do uso de expressão adverbial; estabelecem relação de causa e consequência explícita entre partes e elementos em textos verbais e não verbais de diferentes gêneros; reconhecem o tema de textos informativos que contêm vocabulário técnico-simplificado; reconhecem diferenças no tratamento dado ao mesmo tema em textos distintos; identificam marcas lingüísticas referentes a interlocutores, de acordo com a faixa etária; identificam os efeitos de sentido de humor decorrentes do uso dos sentidos literal e conotativo; identificam a finalidade de um texto informativo longo; reconhecem as características dos personagens de uma narrativa e as intenções pretendidas com uma ação particular, com base em informações implícitas.

A partir dessa ampla análise, com base nas informações contidas no Boletim de Resultados, os docentes, em trabalho conjunto, podem discutir sobre as formas mais efetivas e eficazes de trabalhar as competências suas habilidades, a fim de que sejam consolidadas pelos alunos. Destaca-se que as estratégias devem se direcionar a alunos do 5º ano, assim como dos anos escolares anteriores, uma vez que o desenvolvimento de habilidades se dá ao longo da trajetória escolar.

3.3.2.2. Plano de ação pedagógica - A partir do estudo aprofundado dos resultados da avaliação externa, os supervisores pedagógicos, no âmbito de suas escolas de atuação, deverão propor a elaboração de um plano de ação pedagógica, feita em conjunto, com caráter interdisciplinar, para o desenvolvimento das habilidades das matrizes. As reuniões serão realizadas em horários determinados como “Módulo II”, específico para encontros entre os professores e equipe técnica. Não haverá, portanto, acúmulo de carga-horária por parte do professor ou prejuízo do tempo escolar dos alunos.

As reuniões bimestrais terão por objetivo, também, a reflexão sobre o trabalho desenvolvido em sala, por todos os professores, de todas as disciplinas, numa perspectiva de troca de experiências e intensificação do trabalho interdisciplinar, com revisão e reestruturação(caso seja necessário) do plano de ação pedagógica. Também será utilizada a metodologia de estudo de caso para discussão e análise de situações verossímeis que possam levar os docentes a exercitarem a tomada de decisão com relação à criação de estratégias voltadas para o desenvolvimento cognitivo dos alunos. Um exemplo de estudo de caso envolvendo elementos da avaliação externa, encontra-se nos anexos.

3.3.2.3. Acompanhamento dos resultados – O supervisor escolar fará o acompanhamento dos resultados das avaliações internas dos alunos e também do currículo, de forma a identificar se as habilidades mínimas estão, de fato, inseridas no currículo adotado pelo professor. Desta forma, pretende-se evitar, ainda, que o currículo escolar se limite às matrizes de referência.

#### **3.4.Custos, pessoal e cronograma para implementação do Programa de Resultados do Simave/Proeb**

O quadro especifica, para cada ação, o custo e a fonte de recursos, pessoal necessário, cronograma das atividades e público-alvo.

Tabela 12-Custos, Fonte orçamentária, pessoal necessário e cronograma para a implementação do Programa de Gestão dos Resultados do Simave/Proeb

RESPONSÁVEL	AÇÃO/ INSUMO	CUSTO/ FONTE ORÇAMENTÁRIA	PESSOAL NECESSÁRIO	CRONOGRAMA	PÚBLICO ALVO
Equipe de Supervisão da SME	Mobilização-Seminário	\$4.000,00 Fonte: Verba Qese <sup>17</sup>	2 palestrantes(Qese) 1 palestrante da SME com experiência em avaliação externa 1 palestrante colaborador, da SRE, que atua com o Simave/Proeb	Início do ano letivo C/H 16 horas	Secretário de Educação e equipe técnica da SME, Professores, gestores e técnicos em educação
	Divulgação do seminário	Sem custo-convocação por e.mail institucional			
	Capacitação dos gestores esupervisores das escolas para estudo e definição das atividades de implementação do Programa nas escolas	Sem custos	Supervisores da SME	Após o Seminário C/H de 20horas em 5 dias.	Supervisores das unidades escolares
	Material da capacitação	Sem custos - disponibilizados aos integrantes da capacitação por meio eletrônico			
	Acompanhamento	Sem custos	Supervisores da SME	Reuniões bimestrais	Supervisores das unidades escolares
Supervisor Pedagógico em cada unidade escolar	Reuniões para discussão dos resultados e definição de estratégias pedagógicas. Acompanhamento das avaliações internas	Sem custos	Supervisor pedagógico da escola	Reuniões bimestrais Módulo II	Professores de todos os anos escolares e de todas as disciplinas

<sup>17</sup> Verba Qese – referente à parcela do Salário Educação destinada aos municípios para investimento em educação.

### **3.5. Avaliação do Programa de Gestão dos Resultados do Simave/Proeb**

O acompanhamento das ações será realizado sistematicamente, uma vez que haverá reuniões bimestrais entre os Supervisores da SME e os Supervisores das escolas, que atuam junto aos professores. As estratégias definidas para o alcance das metas propostas pelo Programa serão constantemente analisadas e (re)avaliadas pela equipe de supervisores e professores, uma vez que estes também realizarão, pelo menos, uma reunião a cada bimestre.

Após um ano da implementação do Programa, a equipe de supervisores da SME fará, juntamente com os supervisores das escolas, e estes, juntamente com os professores, a avaliação do Programa, principalmente no que se refere ao alcance das metas propostas. A partir dessa primeira avaliação, dando-se continuidade ao Programa de Gestão dos Resultados, será feito o acompanhamento da evolução das médias de proficiência e dos padrões de desempenho, a cada ano, a fim de avaliar o alcance das metas propostas pelo Programa de Gestão dos Resultados do Simave/Proeb, assim como a necessidade de revisão dessas metas. Essa discussão ocorrerá a cada ano, assim que forem divulgados os resultados da avaliação do Proeb para que, de posse dos dados referentes à rede municipal e a cada escola em particular, sejam identificadas as escolas que alcançaram as metas e as que não conseguiram alcançá-las. A partir dessa identificação, novas estratégias serão formuladas, visando à melhoria do processo em cada escola, de acordo com sua realidade, mas levando em consideração também as suas potencialidades.

As reuniões ocorrerão na SME, em horário de expediente, sem que haja prejuízo da carga-horária dos profissionais. Reuniões com a Unidade de Supervisão da SME e os supervisores atuantes nas escolas são habituais no âmbito da Rede Municipal para se discutir assuntos relacionados ao pedagógico. Outros encontros poderão ser agendados, de acordo com necessidades levantadas pela Unidade de Supervisão da SME ou das próprias escolas.

É importante evidenciar o fato de que a avaliação externa é um instrumento, que deve ser usado para a promoção da melhoria do cenário educacional. No entanto, ela só funciona, de fato, se outras decisões forem tomadas pela gestão municipal e gestões escolares. Estas decisões são aquelas que buscam a melhoria da qualidade da educação, também a partir das condições físicas das escolas, do

clima da escolar, da formação continuada dos profissionais da educação, dentre outros fatores.

Importante ressaltar que a execução das ações propostas por este Plano de Ação, pó si só não serão suficientes para que a realidade da educação seja, de fato, transformada e alcance maiores patamares de proficiência. Outras ações serão necessárias, dentre elas, ações voltadas para a aquisição de material didático, programas de reforço no contraturno, demais pontos de formação continuada para professores, gestores e técnicos em educação, assim como outras, que fogem, no momento, ao objetivo deste Plano de Ação.

## REFERÊNCIAS

BECKER, R. Fernanda. **Avaliação educacional em larga escala: a experiência brasileira**. Revista Ibero-americana de educação. ISSN: 1681-5653. Nº53/1, 25/06/2010.

SIMAVE/Proeb, 2007. **Boletim** Pedagógico.

BRASIL, Senado Federal. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1997.

\_\_\_\_\_. Decreto Presidencial nº 6094 e 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Disponível em <http://www.planalto.gov.br> Acesso em 25 de outubro de 2011.

COSTA. M. Daianny. **Na era do direito à educação –artifícios e sentidos da avaliação em larga escala**. [200-].

HEIDRICH, Gustavo. **Treinar os alunos para ir bem nas avaliações externas**. Disponível em <http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/diretor/assim-nao-treinar-alunos-ir-bem-avaliacoes-externas-590861.shtml> Acesso em 15 de novembro de 2011.

HORTA, S.B. José. **Direito à educação e obrigatoriedade escolar**. Cad.Pesq. n.104. p.5-34.jul.1998.

INEP. **SAEB 2001: novas perspectivas**/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. NT004/2011. Cálculo das taxas de rendimento escolar censo da educação básica 2010.

INSTITUTO UNIBANCO. Jovem de Futuro: **Boletim** Pedagógico 2009. Caed, 2009.

LIBÂNEO, C.José. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2005.

LÜCK, Heloísa. Dimensões da gestão escolar e suas competências. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LUCKESI, C. Carlos. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

MELO, Manuel Fernando Palácios da Cunha et al. **Coleção Simave 2010**. Vol 1. Revista do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública.[Juiz de Fora]: Caed, 2010.

PASSO A PASSO para implementação do Projeto Entre Jovens. [ S.1]. Instituto Unibanco, 2010.

PEREIRA, C. Margareth. **As avaliações externas mineira**: contexto de políticas de responsabilização. [200-].

PIMENTA, S.G. (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBACENA. Desenvolvido pela Prefeitura Municipal. Site apresenta dados oficiais sobre o município. Disponível em: [□http://www.barbacena.mg.gov.br](http://www.barbacena.mg.gov.br) □ Acesso em: 25/10/2011.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Estabelece a reorganização da rede escolar do município. Resolução n.002/2011, de 25 de novembro de 2011. Barbacena, MG.

SIMAVE. Portal da avaliação do Proalfa e Proeb. Secretaria de Educação. Disponível em [□http://www.simave.caeduff.net/simave/proeb/home.faces](http://www.simave.caeduff.net/simave/proeb/home.faces) □ Acessado em 12 de outubro de 2011.

SOUZA, M.S. Alberto. (Org). **Dimensões da avaliação educacional**. Petrópolis:Vozes, 2005.

SILVA JR Celestino Alves; RANGEL, Mary(orgs). Nove olhares sobre a supervisão. Campinas, SP: Papirus, 1997.

[www.todospelaeducação.org.br](http://www.todospelaeducação.org.br). Acesso em 02/05/2012.



8) Você conhece a Escala de Proficiência do PROEB?

- Sim, e sei como fazer a análise da proficiência
- Sim, mas não sei como fazer a análise da proficiência
- Não conheço

9) Você sabe como fazer a relação entre a Matriz de Referência e a Escala de Proficiência? (A partir da Escala, encontrar, na Matriz, as habilidades consolidadas e as que ainda necessitam ser trabalhadas)

- Sim, e faço essa relação a fim de programar minhas atividades
- Sim, mas não estabeleço relação entre essas habilidades e meu planejamento
- Não sei como fazer essa relação.

10) Caso seja possível e de seu interesse, faça algumas considerações sobre o que você, pessoalmente, pensa sobre a avaliação externa, em especial, sobre o SIMAVE/PROEB.

ANEXO B 1- Roteiro de entrevista feita com o prof. Anderson Córdova Pena sobre o curso de apropriação oferecido a educadores de escolas públicas estaduais de diversos estados brasileiros, pelas respectivas Secretarias de Educação, em parceria com o Caed

1-O curso de apropriação de resultados, oferecido pelo CAED, destinou-se a qual público?

2- Qual foi o objetivo desse curso?

3- Qual a importância de um curso voltado para a capacitação de educadores, no sentido de que se apropriem dos resultados de avaliações externas, utilizando-os em sua prática pedagógica? Em que essa apropriação contribui para a melhoria do processo de ensino e de aprendizagem?

4- Qual a sua avaliação do curso de apropriação de resultados - com relação ao conteúdo do curso, à receptividade dos cursistas e à possibilidade de aplicação dos conhecimentos na prática educativa dos professores, em sala de aula?

ANEXO B 2- Roteiro de entrevista feita com Tatiana Casali sobre o curso de apropriação de resultados oferecido a educadores de escolas públicas estaduais de diversos estados brasileiros, pelas respectivas Secretarias de Educação, em parceria com o Caed

1-Sobre o curso de Apropriação de Resultados, qual foi o impacto com relação à satisfação dos cursistas?

## ANEXO C - Roteiro entrevista com gestores da rede municipal de Barbacena

- 1- O que você sabe sobre os objetivos das avaliações externas?
- 2- Como os resultados do Proeb chegam até você?
- 3- Como você repassa esses resultados para os professores?
- 4- Existe, na escola, algum procedimento de discussão e análise dos resultados do Simave/Proeb?
- 5- De que forma você, como gestor, vê a avaliação externa, em especial, o Simave/Proeb?

## ANEXO D – Modelo de estudo de caso envolvendo elementos das avaliações externas

Era consenso geral a necessidade de melhorar o desempenho da escola X no Simave/Proeb. A questão da qualidade do ensino era uma preocupação de todos, ainda mais levando em consideração que, dentre as escolas públicas do município, a escola X encontrava-se em penúltimo lugar, tendo em vista o baixo índice alcançado pelos estudantes após a realização da Avaliação.

Após algumas horas de discussão, por haver posições contrárias e não sendo possível se chegar a um consenso, a diretora decidiu por fazerem uma votação, determinando que as propostas aceitas pela maioria seriam adotadas pela escola.

Foram destacadas as seguintes ações visando à melhoria do IDEB da escola:

- 1- Os professores das séries nas quais ocorrem as provas estudarão as matrizes de referência para trabalhar, em sala de aula, cada um dos descritores, preparando os estudantes para a prova. Uma carga-horária semanal será destinada a esse trabalho, por não haver condições de a escola disponibilizar um horário extra para as aulas sobre os conteúdos da matriz de referência.
- 2- Além das provas bimestrais, haverá uma avaliação ao final de cada mês (a ser denominada 'Provinha'), nos moldes do Proeb, somente para as séries submetidas à avaliação externa. Serão utilizados, nessas avaliações mensais (Provinhas), itens de provas anteriores, retiradas do site do Simave e itens formulados por professores e pela equipe pedagógica.
- 3- Os estudantes e as famílias serão informados sobre o "programa de incentivo", que consiste em utilizar as notas das avaliações mensais (Provinhas) no cálculo da média bimestral nas disciplinas Língua Portuguesa e Matemática- conteúdos cobrados no Proeb. Será atribuído peso 4 para a prova bimestral, e peso 6 para a soma das provas mensais (Provinhas)
- 4- Ainda, dentro do "programa de incentivo", será utilizado o resultado oficial do Proeb como parte da nota do último bimestre do ano, em todas as disciplinas. Esta ação estará descrita no PPP como integrante do "projeto de interdisciplinaridade", já aprovado e adotado pela escola.

Você, caro professor, em qual(is) dessas propostas votaria a favor ou contra? Por quê?

Você teria alguma outra sugestão de ação para a melhoria do desempenho da escola?

---

## CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PROPOSTAS PARA MELHORIA DO DESEMPENHO NAS AVALIAÇÕES EXTERNAS

Essas considerações servem para embasar o mediador, no caso o Supervisor Pedagógico, a fim de que conduza a discussão com o grupo de professores.

Proposta 1- As matrizes não devem ser conhecidas somente pelos professores das séries em que ocorrem as avaliações externas. A preocupação com o aprendizado dos alunos é necessária em todas as séries, pois o resultado da avaliação externa nada mais é do que uma consequência do trabalho realizado pela escola.

- Os descritores podem ser trabalhados em sala de aula, mas não como uma 'preparação' para a avaliação externa. Eles devem estar de acordo com os conteúdos já previstos pela grade-curricular, contemplando também os temas transversais e, ainda, podendo ser vislumbrados não somente nas disciplinas Língua Portuguesa e Matemática. Os descritores NÃO são o currículo, são aliados do currículo.

- Não está correto separar uma carga-horária para trabalhar os descritores, pois estes se referem a habilidades específicas inseridas e diluídas em diferentes conteúdos a serem trabalhados com os estudantes, ou seja, eles fazem parte do currículo, mas não o esgotam.

- Não se trata, pois, de 'preparar' para a Avaliação Externa, mas de conhecer as habilidades a serem desenvolvidas como sendo o mínimo necessário, e trabalhá-las dentro do contexto escolar, focando sempre no processo ensino-aprendizagem como um todo.

Proposta 2 - Seria, de fato, proveitoso aplicar essas 'provinhas'? Não estaríamos tratando a avaliação interna e a externa como elementos desvinculados um do outro? Não estaríamos ministrando duas modalidades de ensino, em que uma nada tem a ver com a outra?

- Ora, a avaliação externa e a interna se complementam. A externa oferece subsídios de análise, para que o docente possa replanejar suas ações e suas avaliações internas, tendo em vista as habilidades não consolidadas. Essas habilidades devem ser desenvolvidas no contexto do trabalho pedagógico desenvolvido pela escola, e não em momentos diferenciados. Numa avaliação interna, o docente pode, até mesmo, inserir alguns itens nos moldes dos que são aplicados na avaliação externa, contanto que esses itens estejam de acordo com o conteúdo dado em sala de aula e que está sendo avaliado naquele momento.

- Vale ressaltar que cada item de uma avaliação externa é baseado em uma única habilidade, pois de outra forma não haveria como identificar, no contexto global ao que a prova se aplica, quais habilidades estão, ou não, consolidadas.

- Em uma questão elaborada pelo professor, para uma avaliação interna, ele pode envolver mais de uma habilidade, pois ele vai corrigir essa avaliação baseado em critérios previamente estabelecidos, e terá condições de verificar o que, de fato, cada aluno sabe e o que ainda precisa aprender. Se um aluno sabe resolver uma

questão envolvendo mais de uma habilidade, qual a dificuldade que ele teria em resolver um item contemplando uma única habilidade? Se há dificuldade de leitura e de interpretação do tipo de questão da avaliação externa, essa dificuldade precisa ser trabalhada em todo o contexto do trabalho pedagógico, e não somente visando um “treinamento” para a Prova.

Proposta 3 - Podemos chamar a isso de 'camuflagem'. Caso desejemos desconstruir a ideia da 'nota' como o mais importante para os estudantes, ou seja, focar na nota como condição primeira para a aprovação ou reprovação, não podemos contar com um recurso tão tecnicista e tradicional. O incentivo para os estudantes tem que ultrapassar a questão da 'nota', ainda mais quando se faz um cálculo claramente voltado para uma 'ajuda' que, na verdade, serve para camuflar a realidade. Sem falar no que já foi considerado no item anterior com relação à situação de se aplicar essa "Provinha" mensal, totalmente desvinculada do processo pedagógico como um todo.

Proposta 4 - Essa ação nada tem a ver com a ideia de interdisciplinaridade.

- IMPORTANTE- As Avaliações Externas, NÃO têm por objetivo avaliar os sujeitos, mas os programas e sistemas de ensino. Os resultados não são emitidos por indivíduo, mas tendo em vista todo o grupo avaliado. Não há, portanto, nenhuma validade em se utilizar esse resultado individualmente.

ANEXO E – Matrizes de Referência do Simave/Proeb, Língua Portuguesa e Matemática, 5º e 9º anos

Matriz de Referência de Língua Portuguesa – 4ªsérie/5º ano do EF

LÍNGUA PORTUGUESA — 4ª SÉRIE/5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL TEMAS E SEUS DESCRITORES
<p>I – PROCEDIMENTOS DE LEITURA</p> <p>D0 Compreender frases ou partes que compõem um texto.</p> <p>D1 Identificar o tema ou o sentido global de um texto.</p> <p>D2 Localizar informações explícitas em um texto.</p> <p>D3 Inferir informações implícitas em um texto.</p> <p>D5 Inferir o sentido de palavra ou expressão.</p> <p>D10 Distinguir um fato da opinião relativa a esse fato.</p>
<p>II – IMPLICAÇÕES DO SUPORTE, DO GÊNERO E/OU DO ENUNCIADOR NA COMPREENSÃO DO TEXTO</p> <p>D6 Identificar o gênero de um texto.</p> <p>D7 Identificar a função de textos de diferentes gêneros.</p> <p>D8 Interpretar texto que conjuga linguagem verbal e não-verbal.</p>
<p>III – COERÊNCIA E COESÃO NO PROCESSAMENTO DO TEXTO</p> <p>D11 Reconhecer relações lógico-discursivas presentes no texto, marcadas por conjunções, advérbios, etc.</p> <p>D12 Estabelecer a relação causa/conseqüência entre partes e elementos do texto.</p> <p>D15 Estabelecer relações entre partes de um texto, identificando repetições ou substituições que contribuem para sua continuidade.</p> <p>D19 Identificar o conflito gerador do enredo e os elementos que compõem a narrativa.</p>
<p>IV – RELAÇÕES ENTRE RECURSOS EXPRESSIVOS E EFEITOS DE SENTIDO</p> <p>D23 Identificar efeitos de ironia ou humor em textos.</p> <p>D21 Reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso de pontuação e de outras notações.</p>
<p>V – VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA</p> <p>D13 Identificar marcas lingüísticas que evidenciam o locutor e o interlocutor de um texto.</p>

Fonte: Boletim de Resultado – Coleção Simave 2010

## Matriz de Referência de Matemática – 4ª série/5º ano do EF.

MATRIZ DE REFERÊNCIA - SIMAVE MATEMÁTICA — 4ª SÉRIE / 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL TEMAS E SEUS DESCRITORES
<p><b>I. ESPAÇO E FORMA</b></p> <p>D1 Identificar a localização/movimentação de pessoas e objetos em mapas, croquis e outras representações gráficas.</p> <p>D2 Identificar posições relativas de retas no plano (paralelas e concorrentes).</p> <p>D3 Relacionar figuras tridimensionais (cubo e bloco retangular) com suas planificações.</p> <p>D4 Reconhecer uma figura plana (triângulo, quadrilátero e pentágono) de acordo com o número de lados.</p> <p>D5 Identificar quadriláteros (quadrado, retângulo, trapézio, paralelogramo, losango) observando as posições relativas entre seus lados.</p>
<p><b>II. GRANDEZAS E MEDIDAS</b></p> <p>D6 Estimar medidas de grandezas utilizando unidades de medida convencionais ou não.</p> <p>D7 Resolver situações-problema utilizando unidades de medida padronizadas como Km/m/cm/mm, Kg/g/mg, l/ml, bem como as conversões entre l e ml e as conversões entre tonelada e kg.</p> <p>D8 Estabelecer relações entre unidades de medida de tempo (milênio, século, década, ano, mês, semana, quinzena, dia, hora, minuto, semestre, trimestre e bimestre) na resolução de problema.</p> <p>D9 Ler e interpretar horas em relógios digitais e de ponteiros.</p> <p>D10 Estabelecer relações entre o horário de início e de término e/ou o intervalo de duração de um evento ou acontecimento.</p> <p>D11 Resolver situações-problema envolvendo o cálculo do perímetro de figuras planas, desenhadas em malhas quadriculadas.</p> <p>D12 Resolver situações-problema envolvendo o cálculo da área de figuras planas, desenhadas em malhas quadriculadas.</p>
<p><b>III. NÚMEROS E OPERAÇÕES — ALGÉBRA E FUNÇÕES</b></p> <p>D13 Reconhecer e utilizar características do sistema de numeração decimal, tais como agrupamento e trocas na base 10 e princípio do valor posicional.</p> <p>D14 Reconhecer a escrita, por extenso, dos numerais.</p> <p>D15 Identificar a localização de números naturais na reta numérica.</p> <p>D16 Resolver situações-problema com números naturais, envolvendo diferentes significados da adição.</p> <p>D17 Resolver situações-problema com números naturais, envolvendo diferentes significados da subtração.</p> <p>D18 Resolver situações-problema com números naturais, envolvendo diferentes significados da multiplicação.</p> <p>D19 Resolver situações-problema com números naturais, envolvendo diferentes significados da divisão.</p> <p>D20 Identificar diferentes representações de um mesmo número racional.</p> <p>D21 Localizar números racionais na forma decimal na reta numérica.</p> <p>D22 Estabelecer trocas entre cédula e moedas em função de seus valores.</p> <p>D23 Calcular adição de números racionais na forma decimal.</p> <p>D24 Calcular subtração de números racionais na forma decimal.</p> <p>D25 Resolver situações-problema com números racionais expressos na forma decimal envolvendo diferentes significados da adição.</p> <p>D26 Resolver situações-problema com números racionais expressos na forma decimal envolvendo diferentes significados da subtração.</p> <p>D27 Resolver situações-problema com números racionais expressos na forma decimal envolvendo adição e subtração.</p> <p>D28 Resolver situações-problema envolvendo o quociente de um número racional na forma decimal por um número natural não-nulo.</p>
<p><b>IV. TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO</b></p> <p>D29 Ler e interpretar informações e dados apresentados em tabelas.</p>

D30 Ler e interpretar informações e dados apresentados em gráficos de coluna.

Fonte: Boletim de Resultado – Coleção Simave 2010

## Matriz de Referência para Língua Portuguesa- 9º ano do EF

<p>MATRIZ DE REFERÊNCIA – SIMAVE/PROEB LÍNGUA PORTUGUESA – 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL TÓPICOS E SEUS DESCRITORES</p>
<p>I. PROCEDIMENTOS DE LEITURA</p> <p>D1 Identificar um tema ou o sentido global de um texto. D2 Localizar informações explícitas em um texto. D3 Inferir uma informação implícita em um texto D5 Inferir o sentido de uma palavra ou expressão. D10 Distinguir um fato da opinião relativa a esse fato.</p>
<p>II. IMPLICAÇÕES DO SUPORTE, DO GÊNERO E/OU DO ENUNCIADOR NA COMPREENSÃO DO TEXTO</p> <p>D6 Identificar o gênero de um texto. D7 Identificar a função de textos de diferentes gêneros. D8 Interpretar texto que conjuga linguagem verbal e não-verbal.</p>
<p>III. RELAÇÃO ENTRE TEXTOS</p> <p>D18 Reconhecer posições distintas entre duas ou mais opiniões relativas ao mesmo fato ou ao mesmo tema. D20 Reconhecer diferentes formas de abordar uma informação ao comparar textos que tratam do mesmo tema.</p>
<p>IV. COERÊNCIA E COESÃO NO PROCESSAMENTO DO TEXTO</p> <p>D11 Reconhecer relações lógico-discursivas presentes no texto, marcadas por conjunções, advérbios, etc. D12 Estabelecer a relação causa/consequência entre partes e elementos do texto. D15 Estabelecer relações entre partes de um texto, identificando repetições ou substituições que contribuem para a sua continuidade. D16 Estabelecer relações entre partes de um texto a partir de mecanismos de concordância verbal e nominal. D19 Identificar o conflito gerador do enredo e os elementos que compõem a narrativa. D14 Identificar a tese de um texto. D26 Estabelecer relação entre a tese e os argumentos oferecidos para sustentá-la. D27 Diferenciar as partes principais das secundárias em um texto.</p>
<p>V. RELAÇÕES ENTRE RECURSOS EXPRESSIVOS E EFEITOS DE SENTIDO</p> <p>D23 Identificar efeitos de ironia ou humor em textos. D28 Reconhecer o efeito de sentido decorrente da escolha de uma determinada palavra ou expressão.</p>

Fonte: Boletim de Resultado – Coleção Simave 2010

## Matriz de Referência para Matemática – 9º ano do EF

<p>MATRIZ DE REFERÊNCIA – SIMAVE/PROEB MATEMÁTICA – 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL TEMAS E SEUS DESCRITORES</p>
<p>I. ESPAÇO E FORMA</p> <p>D1 Identificar a localização/movimentação de pessoas e objetos em mapas, croquis e outras representações gráficas.</p> <p>D2 Identificar propriedades de figuras tridimensionais, relacionando-as com suas planificações.</p> <p>D3 Identificar propriedades de triângulos pela comparação de medidas de lados e ângulos.</p> <p>D4 Identificar relação entre quadriláteros por meio de suas propriedades.</p> <p>D5 Reconhecer a conservação ou modificação de medidas dos lados, do perímetro, da área em aplicação e/ou redução de figuras poligonais usando malha quadriculada.</p> <p>D6 Reconhecer ângulo como: mudança de direção ou giro, áreas delimitadas por duas semirretas de mesma origem.</p> <p>D7 Identificar propriedades de figuras semelhantes construídas com transformações (redução, translação e rotação).</p> <p>D8 Utilizar propriedades dos polígonos regulares (soma de seus ângulos internos, número de diagonais, cálculo da medida de cada ângulo interno).</p> <p>D9 Identificar e localizar pontos no plano cartesiano e suas coordenadas e vice-versa.</p> <p>D10 Utilizar relações métricas do triângulo retângulo e o Teorema de Pitágoras.</p> <p>D11 Utilizar as propriedades e relações dos elementos do círculo e da circunferência.</p>
<p>II. GRANDEZAS E MEDIDAS</p> <p>D12 Resolver situações-problema envolvendo o cálculo do perímetro e da área de figuras planas.</p> <p>D13 Utilizar as noções de volume.</p> <p>D14 Utilizar as relações entre diferentes unidades de medida.</p>
<p>III. NÚMEROS E OPERAÇÕES – ÁLGEBRA E FUNÇÕES</p> <p>D15 Identificar a localização de números inteiros na reta numérica.</p> <p>D16 Identificar a localização de números racionais na reta numérica.</p> <p>D17 Resolver situações-problema com números naturais envolvendo diferentes significados das operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação).</p> <p>D18 Resolver situações-problema com números inteiros envolvendo as operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação).</p> <p>D19 Reconhecer as diferentes representações de um número racional.</p> <p>D20 Identificar fração como representação que pode estar associada a diferentes significados.</p> <p>D21 Identificar frações equivalentes.</p> <p>D22 Reconhecer as representações decimais dos números racionais como uma extensão do sistema de numeração decimal, identificando a existência de “ordens” como décimos, centésimos e milésimos.</p> <p>D23 Resolver situações-problema com números racionais envolvendo as operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação).</p> <p>D24 Efetuar cálculos simples com valores aproximados de radicais.</p> <p>D25 Resolver situações-problema que envolvam a porcentagem.</p> <p>D26 Resolver situações-problema que envolvam variação proporcional direta ou inversa entre grandezas.</p> <p>D27 Resolver situações-problema que envolvam equação do 1º grau e do 2º grau.</p> <p>D28 Identificar uma equação ou inequação do 1º grau que expressa uma situação-problema e representar geometricamente uma equação do 1º grau.</p> <p>D29 Resolver situações-problema envolvendo sistemas de equação do 1º grau.</p> <p>D30 Identificar a relação entre as representações algébrica e geométrica de um sistema de equação do 1º grau.</p>
<p>IV – TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO</p> <p>D 31 Interpretar e utilizar informações apresentadas em tabelas e/ou gráficos.</p> <p>D32 Associar informações apresentadas em listas e/ou tabelas aos gráficos que as representam e vice-versa.</p>